



Anais da Assembléia

Nº 33

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE ABRIL DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Iri-neu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 023.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 1995
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Sâmis da Silva.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edmo Guimarães, Edison Lino, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Reny Borsatto, Sâmis da Silva, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (43). Achan-do-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Eduardo Trevisan, Geraldo Cartário, Marquinhos Alves, Nereu Moura, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Ricardo Chab, Sérgio Spada e Toti Colaço (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a presente

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Ofícios:

Sob o n.^o 109/95 - do Senhor Almir Moraes Sá, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, encaminhando cópia de Moção n.^o 001/95, em repúdio ao Bispo Dom Aldo Mongiano e outros religiosos, mentores de ações terroristas desenvolvidas por grupos indígenas, na região de Contigo, naquele Estado. Investigações de Parlamentares indicaram a responsabilidade dos religiosos, conclusão a que che-

garia, posteriormente, inquérito em andamento na Polícia Federal. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.^o 113/95, do Senhor Luiz Massaru Hayakawa - Diretor-Presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, encaminhando cópia do Termo Aditivo (1.^o) ao Convênio n.^o 003/94 - COMEC, celebrado entre a Coordenação e o Município de Quatro Barras, em 22 de dezembro de 1994. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.^o 18/95, do Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que cria cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.^o 097/95, do Senhor Daniel Gonçalves Filho - Delegado Federal da Agricultura e Reforma Agrária no Paraná, comunicando a liberação dos recursos pertinentes ao 5.^o Termo Aditivo ao Convênio MAARA/SEAB/PR n.^o 0382.00/90, celebrado com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, visando a execução dos trabalhos de informação sobre o mercado agrícola no Paraná, no valor de R\$ 2.371,00 (dois mil, trezentos e setenta e um reais). Ao conhecimento da Casa.

Sob os n.^{os} CTL/SEEG 058, 059, 061, 062, 063, 064, 065 e 066/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.^{os}:

052/95: Do Poder Executivo que, reajusta, conforme especifica, a partir de 1.^o de março de 1995, os vencimentos dos servidores do Poder Executivo e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.^o 11.071. Anote-se - Arquite-se.

053/95: Do Poder Executivo, que, concede prazo para recolhimento do ICMS, às indústrias e cooperativas com estabelecimentos no Paraná, que adquiram milho em grão de produtores paranaenses, o qual convertido em Lei tomou o n.^o 11.072. Anote-se - Arquite-se.

068/95: Do Tribunal de Justiça, que reajusta, em 14,09%, a partir de 01.03.95, os vencimentos dos magistrados, o qual convertido em Lei tomou o n.^o 11.073. Anote-se - Arquite-se.

069/95: Do Tribunal de Justiça, que reajusta, conforme especifica, a partir de 01.03.95, os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.^o 11.074. Anote-se - Arquite-se.

071/95: Do Tribunal de Contas, que reajusta, em 14,09%, a partir de 01.03.95, o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.075. **Anote-se - Arquive-se.**

060/95: Do Tribunal de Contas que, reajusta, conforme especifica, a partir de 01.03.95, as tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico e dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.076. **Anote-se - Arquive-se.**

067/95: Da Procuradoria Geral de Justiça, que reajusta, em 14,09%, a partir de 01.03.95, o vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.077. **Anote-se - Arquive-se.**

070/95: Da Procuradoria Geral de Justiça, que reajusta, conforme especifica, a partir de 01.03.95, os vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.078. **Anote-se - Arquive-se.**

OFÍCIO N° 13/95

Curitiba, 30.03.95

Senhor Presidente.

Através do presente, comunico a Vossa Excelência que estarei ausente do País, no período de 03 a 11 de abril do corrente ano.

Ao ensejo renovo protestos de consideração.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Indicação:

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e como Líder do Partido dos Trabalhadores, indica o Deputado Estadual Florisvaldo Fier (Doutor Rosinha), como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar possíveis irregularidades no Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) ÂNGELO VANHONI

Líder do PT

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 729

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER. após ouvido o douto Plenário, re-

gime de urgência ao Projeto de Lei n° 050/95, de autoria do Poder Executivo, que tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.851.139,00 aos vigentes orçamentos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, da Universidade Estadual do Centro Oeste e da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO N° 732

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER. após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 75/95.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 733

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER. após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 21/95, que revoga a Lei n° 11.058 (desapropriação do imóvel da Escola Ermelino Matarazzo).

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 723

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER. após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 750

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER. após ouvido o Plenário, junto à Secretaria de Estado da Saúde, a instauração de uma ampla auditoria contábil e administrativa no Hospital Regional de Cascavel, desde sua construção e ampliação, passando pela aquisição de material (permanente e de consumo) e equipamentos, até a presente data. Incluir também as questões de funcionalismo, tais como privilégios.

Que tal auditoria seja acompanhada pela Comissão de Saúde Pública da Assembléia Legislativa do Paraná, que indicará um de seus membros para isso.

Que esse requerimento seja dado a conhecer ao Conselho Estadual de Saúde e que o mesmo tenha amplo acesso ao processo de auditoria.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O Diário Oficial do Estado do Paraná nº 4.392, de 24 de novembro de 1994, traz publicado o Decreto nº 4.297, de legalidade questionável, que transfere o Hospital Regional de Cascavel (HR) para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mais recentemente, após visita do Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde, Dr. Armando M. B. Raggio, ao HR e região, "acordou-se" que tal hospital será administrado de maneira conjunta com a Associação dos Municípios da região.

Estas decisões tomadas, deveriam ser precedidas de um debate democrático com a sociedade civil organizada a nível de Estado, e principalmente na região em que se encontra o hospital. Atos de tamanha importância não poderiam se dar por decisão pessoal ou de poucos aúlicos, sem 2 (duas) premissas. Primeiro, o debate a nível estadual deveria ser feito no Conselho Estadual de Saúde, que é o legítimo representante das forças sociais organizadas, e é quem tem poder legal de deliberar a respeito. Segundo, ao longo de sua existência, este hospital foi alvo de inúmeras acusações de irregularidades, tanto administrativa como financeira desde a sua construção e equipagem.

A construção do Hospital Regional de Cascavel teve o seu início em 1977, seguida de inúmeras paralisações das obras, e quase sempre retomadas em épocas de eleições, até que em 31.05.89, foram concluídas (12 anos depois de iniciadas). São 10.860 metros quadrados que implicaram em investimentos de cerca de 10 milhões de dólares.

Menos de um ano após sua inauguração, começaram a surgir denúncias de irregularidades na compra de material para o hospital (Paraná, 24.04.90) (Anexo I).

Informa a matéria que muitas das compras foram superfaturadas (anexo 2). Alguns dos materiais comprados, foram adquiridos junto a Trade (a mesma do escândalo do Quércio), Lojas do Pedro e Sainel, ambas já tendo sido objeto de CPI na Assembleia Legislativa do Paraná.

Algumas destas informações devem ser corretas, uma vez que a imprensa divulgou que ex-Secretários de Saúde do Paraná terão que devolver dinheiro (anexo 3).

Em 29.08.92 foi realizado uma plenária com setores da sociedade civil (sindicatos, associações de moradores, secretários municipais de saúde da região, partidos políticos e funcionários do hospital) e o

governo (representantes da Secretaria de Estado da Saúde) para discutir os problemas do Hospital Regional (HR). Esta reunião concluiu que 4 (quatro) pontos eram importantes.

1º) O HR é de caráter público;

2º) Necessidade de contratação de pessoal a curto prazo;

3º) Reestruturação do Conselho Comunitário, com a participação de entidades da sociedade civil;

4º) Administração do HR pelo estado em co-gestão com o Conselho e que o responsável deve ser um profissional com conhecimento em administração hospitalar, sem vínculo com o corpo clínico e dedicação integral.

Estas propostas não foram implementadas. O Secretário Estadual de Saúde da época, Dr. Nizan P. Almeida, não acatou as deliberações e nomeou o Prefeito de Cascavel (Fidelcino Tolentino) como Presidente do Conselho, e este por sua vez nomeou o farmacêutico Álvaro Largura, que abandonou o cargo, assumindo o vice-Presidente, Marcos Vinícius (Diretor da UNIOESTE).

Ao assumir, nomeou sua esposa Thaís Mathioli Pires de Souza (caracterizando nepotismo), para uma chefia e Vânia Moreira de Camargo, esposa do Diretor Administrativo para outra. Segundo informações que obtivemos, tempos atrás, ambas não compareciam ao HR, e diziam prestarem serviço na FECIVEL.

As verbas que o Hospital recebe, iam ou vão para a Prefeitura, e esta repassa para o Conselho Comunitário que contrata os funcionários pela CLT, quando deveria ter concursos públicos isto é agravado pelo fato que nenhum órgão governamental tem prestado conta destas verbas. Assim sem dinheiro, sem funcionários e sem material (anexo 4) quem tem sofrido as consequências é a população. Pode-se ter uma idéia da situação dramática deste Hospital só pelo noticiário da imprensa.

"O Hospital Regional de Cascavel vai limitar a partir de hoje o número de consultas." (anexo 5) assim inicia a matéria da Folha de Londrina do dia 01.02.94.

Em 14.07.92, a Folha de Londrina traz matéria que o hospital que consumiu 10 milhões de dólares, e foi apresentado como modelo já tinha perdido 1/3 de seus funcionários e já tinha 36 leitos desativados (anexo 6).

A Folha de Londrina de 05.04.92 (anexo 7), informa que o HR é um dos mais equipados do Estado, mas sendo desestruturado. Diz que naquela ocasião dos 11 leitos do bercário patológico para recém-nascidos, 10 estavam ocupados por bebês e havia apenas uma enfermeira para atendê-los.

Este Hospital chegou a ter 346 funcionários, incluindo o pessoal de enfermagem

e 70 médicos remunerados por plantão para atenderem 150 leitos.

Informa ainda a Folha, que naquela ocasião o HR tinha 240 funcionários e 50 médicos plantonistas com a desativação de cerca de 40 leitos.

Sabemos que alas inteiras foram fechadas para favorecer o setor privado, como a de obstetrícia.

O SINDISAÚDE, em 23.09.94, enviou o Ofício nº 182/94, ao ex-Secretário de Saúde Dr. Jackson M. Baduy, onde denuncia algumas irregularidades no HR de Cascavel (anexo 6). Entre estas a de que existe uma "caixinha" no Hospital.

Entendemos não ser possível este Hospital que tão mau exemplo deu até agora, mudar sua administração, e entre outras tarefas, assumir o caráter de hospital-escola sem que seja esclarecido todos os fatos denunciados pela imprensa. É necessário mostrar ao contribuinte paranaense como este Hospital foi administrado e quanto lá foi investido e como foram usadas as verbas. Sendo assim, através do presente solicitamos que a Secretaria de Estado da Saúde realize uma ampla auditoria contábil e administrativa no Hospital Regional de Cascavel, desde sua construção, aquisição de material (permanente e de consumo) e equipamentos, até a presente data. Incluir também as questões de funcionalismo, tais como privilégios de uns poucos em detrimento dos demais.

Que tal auditoria seja acompanhada pela Comissão de Saúde Pública da Assembleia Legislativa do Paraná, que indicará um dos seus membros para isto.

Que esse requerimento seja dado a conhecer ao Conselho Estadual de Saúde e que o mesmo tenha amplo acesso ao processo de auditoria.

REQUERIMENTO N° 756

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUE-REM, com base no Art. 34, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - composta de sete membros, para num prazo de cento e vinte dias, apurar e esclarecer a freqüente falta d'água em diversas localidades do Estado do Paraná, inclusive Capital e Região Metropolitana, bem como índices de atraso no cronograma de trabalho do PROSAN - Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná e contratos firmados entre o Governo e a iniciativa privada.

Ao final, a Comissão apresentará relatório conclusivo à Mesa Executiva deste Poder Legislativo, bem como ao Executivo:

e ao Ministério Público, no caso de ser necessário a promoção de responsabilidades civil ou criminal pelos direitos, por ventura, apurados.

Sala das Sessões, em 11.04.95

(aa) ROSSONI

DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Emerson Nerone, Carlos Simões, Irineu Colombo, Milton Puppio, Geraldo Cartário, Edson Silva Lino, Beto Richa, Neivo Beraldin, Edno Guimarães, Nelson Tureck, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Luiz Carlos Zuk, Algaci Túlio, Cezar Silvestri, João Techy, Péricles de Melo, Antonio Anibelli, Duílio Genari, Joel Coimbra, Ângelo Vanhoni, Renv Borsato, Jocelito Canto, César Seleme e Élio Rusch.

REQUERIMENTO N° 767 "A"

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de Coordenador do Bloco Parlamentar Agropecuário, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que na Sessão Plenária do próximo dia 18 de abril do corrente, o horário destinado ao Grande e ao Pequeno Expediente seja utilizado pelo Doutor Dick Carlos de Geus, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, para explanações referentes à situação atual da agricultura no País.

Sala das Sessões, em 11.04.95

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O País passa por difíceis momentos em relação à sua situação agrícola, portanto é de extrema importância que os segmentos da sociedade tomem posições e contribuam para resolução dos principais problemas que atualmente afetam a produção e a comercialização das safras agrícolas no País.

REQUERIMENTO N° 724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lineu Martins Ribas.

Pessoa do nosso círculo de amizade, deixando uma tristeza entre os parentes e amigos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Augusto Ribas, 761 - ap. 81, na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11.04.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Fernando Rezende Rodrigues, em Ponta Grossa.

Pessoa de nosso relacionamento, conceituada, deixa uma lacuna entre amigos e parentes.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à Rua Curitiba, 284, Olarias, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11.04.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 757

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja marcada para 8 de maio de 1995 a data de entrega do Título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná, à Senhora Maria Cristina de Andrade Vieira.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à homenageada, através de correspondência a ser encaminhada à Travessa Oliveira Belo, 34, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem como justificativa a aprovação por esta Casa de Leis, do Projeto n° 372/94 (concede o Título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná à Senhora Maria Cristina de Andrade Vieira) sendo que posteriormente o referido projeto foi sancionado pelo Senhor Governador, passando a ser a Lei de n° 11036 de 03/01/95, publicado no Diário Oficial n° 4419/95.

REQUERIMENTO N° 721

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando se suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso à jornalista Roseli Abrão, contratada pelo importante Jornal Diário Popular, no qual irá diariamente veicular sua coluna.

Trata-se de uma competente, séria e importante jornalista, sempre bem informada, noticiando com seriedade, bom senso e o mais profundo respeito ao leitor. É talvez a mais importante aquisição do mundo jornalístico dos últimos anos, refletindo, também, a visão extraordinária do Dr. Abdo Aref Kudri, Diretor-Presidente do Diário Popular e do Sindicato das Empresas Jornalísticas do Paraná, sempre em busca do melhor para seu jornal e para os leitores paranaenses! Desejamos sucesso à jornalista Roseli Abrão, ao Diário Popular e co-

mungamos da certeza de que todos nós estamos ganhando com este fato, revitalizando o noticiário político!

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Município de Palmeira, pela comemoração de seus 176 anos de história.

Para comemorar esta data tão importante e solene, o município está promovendo solenidades comemorativas entre os dias 1° e 9 de abril.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Município de Palmeira, em nome de seu Prefeito Municipal, Senhor Altamir Sanson e de todos os municípios, sito à Pça. Mal. Floriano Peixoto, 11 - Palmeira/PR; CEP: 84130-000.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 749

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, voto de louvor ao Centro de Atendimento Integrado ao Fissurado, da Secretaria de Estado da Saúde, localizado à Avenida República Argentina, 4334 nesta Capital, em vista do alto padrão de atendimento que presta aos fissurados que procuram aquele Centro para tratamento especializado.

Do aprovado, requer que seja dado conhecimento ao Senhor Armando Martinho Raggio, ilustre Secretário de Estado da Saúde, e ao Doutor Lauro Consentino Filho, ilustre Diretor do Centro de Atendimento Integrado ao Fissurado.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Atendimento Integrado ao Fissurado, conhecido mais por CAIF, é um órgão que hoje atende em torno de 40 (quarenta) pessoas portadoras de lábio palatal, na grande parte vinda do interior do Estado.

Em consequência de uma administração organizada e de qualidade, é possível ao Centro colocar a disposição dos fissurados serviços de ambulatorio, psicológico, pediátrico, assistência social, ortodontia e cirurgia correccional. Aos pacientes submetidos a cirurgia, o Centro oferece, inclusive, acompanhamento quinzenal de fonoaudiologia.

Como a maioria dos pacientes que tem

atendimento no citado Centro, não dispõe de recursos próprios para pagar o alto custo do tratamento, o CAIF incentivou a criação de associações de fissurados, para facilitar o recebimento de recursos do Governo Federal, como também de entidades filantrópicas e de pacientes.

Em síntese, à vista do que é feito no CAIF, conclui-se que os órgãos públicos quando são administrados com seriedade e criatividade, podem oferecer à população um atendimento digno e excelente. É esta a razão, porque ressalto o trabalho desse conceituado Centro.

REQUERIMENTO N° 755

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações aos Deputados e Senadores que derrubaram, na semana passada, o veto do ex-Presidente Itamar Franco que mantinha a TR para a correção dos financiamentos agrícolas.

Requer, ainda que do presente se dê ciência aos Congressistas, através de correspondências a serem enviadas aos Presidentes do Senado, Senador José Sarney, e da Câmara Federal, Deputado Luiz Eduardo Magalhães.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Ao derrubar o veto presidencial, a bancada ruralista demonstrou sua preocupação para com os produtores rurais do País, preocupação esta também demonstrada pelos Deputados integrantes do Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa do Paraná. O fim da TR com certeza amenizará a situação dos pequenos e médios agricultores que enfrentam grandes dificuldades para saldarem suas dívidas contraídas através dos financiamentos agrícolas.

REQUERIMENTO N° 727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da FUNDEPAR Segismundo Mormorgenstern, solicitando a construção de uma cobertura para o pátio do Colégio Estadual João Maffei Rosa - Ensino de 1° e 2° Graus no Município de Juranda.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação do Diretor José Molina Netto do Colégio Estadual João Maffei Rosa - Ensino de 1° e 2° Graus do Município de

Juranda, que solicita a cobertura do pátio defronte a cantina.

Esse projeto se justifica considerando que tais coberturas são indispensáveis para o bom acolhimento dos alunos que todos os dias freqüentam o estabelecimento de ensino e são muitas vezes, em dias chuvosos e de frio, vítimas de tais fenômenos e obstáculos, sobretudo na hora do recreio quando acontece o momento de lazer e especialmente a merenda escolar quando os alunos, na ânsia daquele momento, são obrigados a enfrentar estes problemas pela refeição que lhes são oferecidos.

REQUERIMENTO N° 728

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da FUNDEPAR, Segismundo Mormorgenstern, solicitando a construção da Cobertura da Quadra Polivalente de Educação Física para o Colégio Estadual João Maffei Rosa - Ensino de 1° e 2° Graus do Município de Juranda.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação do Diretor José Molina Netto do Colégio Estadual João Maffei Rosa - Ensino de 1° e 2° Graus do Município de Juranda, que solicita a cobertura da Quadra Polivalente de Educação Física.

Tal solicitação se embaça na necessidade do Colégio ter um espaço digno e merecido para aulas de Educação Física, esporte, lazer e até mesmo outras atividades pedagógicas que poderão ser desenvolvidas e beneficiadas com este projeto.

Todas as disciplinas tais como Português, Matemática, Geografia, História, Inglês e outras, tem seu espaço próprio na sala de aula: Educação Física, para ser considerado um espaço próprio, é preciso ter a quadra coberta, pois só assim será sanado o problema de aulas em dias de chuva quando os alunos são prejudicados e sendo impedidos de praticar essa aula de suma importância como as outras.

REQUERIMENTO N° 735

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de analisar o pedido que está sendo feito pelos usuários dos Ônibus que vão até o terminal da Pa-

zenda Rio Grande, os quais solicitam a transformação dos mesmos em alimentadores, visando economia, uma vez que seria necessária somente uma passagem a ser utilizada.

Pedem os usuários que o pedido seja atendido, sendo que beneficiará toda a população do município.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 736

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de resolver o problema ocorrido com a Sra. Sonia Rosana Medeiros, residente à Rua Des. Francisco Xavier Filho, n° 82, Bairro Novo, Sítio Cercado, tendo em vista que ela recebeu uma taxa de religação de água a ser paga, porém a mesma nunca foi cortada.

O que ocorreu foi que ela atrasou o pagamento de uma taxa um mês, mas pagou-a. Afirma ela que procurou a SANEPAR para resolver esse problema, porém não conseguiu resolvê-lo.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 737

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de agilizar a instalação de rede de luz rural na localidade de Candonga - Rio Sagrado - Morretes, tendo em vista que os moradores já fizeram o pedido sob protocolo de controle n° 2687971, em nome do Sr. Alaor Moro, já pagaram quase todas as parcelas, faltando somente quatro e até a presente data o serviço não foi executado.

Pedem providências o mais breve possível, sendo que muitas pessoas têm a sua vida dificultada pela falta de energia elétrica.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 738

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de

atender o pedido dos moradores do Bairro Guaraituba - Colombo, os quais solicitam a instalação de um aparelho telefônico público adaptado com chamada externa, no domicílio comercial do Sr. Irineu Bento Coutinho, cujo local é composto por instalações de Bar e Merceria, localizado no quarteirão onde localizam-se as ruas Pedro Rosário, Antonio, Campo Largo e Araponga.

Com a instalação do solicitado, toda a população da região do baixo Guaraituba será atendida, uma vez que lá residem pessoas de baixa renda e sem condições de arcar com despesas de viagens de táxi aos centros médicos, facilitando-lhes com isso as chamadas de ambulâncias para atendimentos a moléstias dos moradores próximos ao rio.

Há de destacar que vários casos de início de "cólera" já ocorreram no local e a população não dispõe de um aparelho telefônico para facilitar suas vidas nesses casos de emergência, bem como para tantos outros acontecimentos urgentes.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 739

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBC, no sentido de tomar providências quanto a falta de organização na entrega das correspondências no prédio Moradias Tramontina, localizado à Rua Irmã Sofia Rilechi, n° 360 - Campo Comprido. Os carteiros infelizmente deixam as correspondências trocadas, sendo que muitas delas não são desse prédio. Devido esse problema, muitas pessoas estão sendo prejudicadas.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 740

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de providenciar melhoramentos na Rua 1 (Principal), tendo em vista que a mesma encontra-se cheia de buracos. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais também solicitam que sejam colocadas lâmpadas nos postes dessa rua, uma vez que à noite o local fica às escuras.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 741

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento no terminal do Boa Vista durante a noite, tendo em vista que a bagunça é geral, principalmente por parte dos alunos que pegam o ônibus nesse terminal.

Existe uma lanchonete dentro do terminal e os jovens ficam bebendo, fumando, fazendo muita confusão. Há indícios de que lá circulam drogas, pois ocorrem depredações dos prédios localizados nas proximidades, bem como nos ônibus da Linha do Ofício. Pedem os usuários dos ônibus que sejam tomadas providências urgentes, procurando-se evitar algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 742

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido que está sendo feito pelos moradores do Bairro Fazendinha, os quais solicitam a instalação de um aparelho telefônico público no Conjunto Mamoré, na Rua Leonardo Javorski, em frente ao n° 100.

Afirmam eles que muitas famílias lá residem e será um grande benefício para todos.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 743

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água na Rua Paris - Rio Verde - Colombo, tendo em vista que há mais de 08 (oito) dias que a água não chega nas torneiras devido à falta de pressão.

O pedido está sendo feito pelo Senhor Dercílio Corsine, morador à Rua Paris, n° 54, uma vez que a situação encontra-se crítica.

Sala das Sessões, em 11.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 744

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido que está sendo feito pelo morador à Rua Paris n° 54 - Rio Verde, o qual solicita o assentamento das manilhas em frente à sua residência.

Alega ele que já fez o pedido junto a Prefeitura, porém não foi atendido e as manilhas já se encontram no local.

Sala das Sessões, em 11.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 745

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Santa Cândida, os quais solicitam a instalação de um aparelho telefônico público na Rua Jornalista Ali C. Barck, em frente ao n° 45, onde localiza-se o Fliper Bar, no Jardim Aliança.

O pedido está sendo feito devido ser um local muito movimentado e muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 746

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de tomar providências quanto ao atraso na entrega de correspondências na Rua Ibioporã n° 82, Jardim Laura, Pinhais.

Ocorre que com esse atraso, as contas que são feitas através de carnês estão sendo pagas com juros devido não chegarem antes do dia do vencimento. Afirma a moradora do endereço, citado que devido o problema exposto, infelizmente ela teve que pagar o seu consórcio com juros.

Sala das Sessões, em 11.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da FUNDEPAR, Segismundo Mormorgenstern, solicitando a construção de uma cobertura da Quadra de Esportes do Colégio Estadual Professora Ivone Soares Castanhano - Ensino de 1° e 2° Graus Su-

pletivo no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 11.04.95

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Diretora Judith Ferreira Malmatrom do Colégio Estadual Professora Ivone Soares Castanharo - Ensino de 1° e 2° Graus Supletivo no Município de Campo Mourão.

Esse Projeto se justifica considerando que tal cobertura é indispensável para o bom acolhimento dos alunos que todos os dias freqüentam o Estabelecimento de Ensino, sobretudo na hora do recreio quando acontece o momento de lazer.

A referida quadra tem 256 m² e através da A.P.M. - Associação de Pais e Mestres, isto se faz necessário e urgente, pois o Colégio não conta com espaço físico para realização e execução de atividades, como teatro, danças, coral, palestras e reuniões com a comunidade.

REQUERIMENTO N° 751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Deni Schwartz, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede do Município de Alto Piquiri ao Distrito de Saltinho do Oeste, no mesmo Município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado o Senhor Elias Pereira da Silva, Prefeito Municipal de Alto Piquiri (Rua Santos Dumont, n° 315 CEP: 87.580-000) e Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3.800 - Ed. Comercial, conj. 101, Umuarama, CEP: 87.501-190).

Sala das Sessões, em 11.04.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica do trecho em questão, é uma obra de grande importância para a economia local e da região, tendo em vista a precária conservação da estrada que resulta em inúmeras dificuldades que se antepõem ao setor de transporte de cargas, principalmente na época de comercialização da safra agrícola, bem como, o transtorno que a população enfrenta em dias de chuva.

REQUERIMENTO N° 752

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor SEGISMUNDO MORGENSTERN, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a inclusão da Escola Estadual Nica-

nor dos Santos Silva - Ensino de 1° Grau, em Umuarama, no programa de ampliação, com a construção de 02 (duas) salas de aula e sanitário para os professores.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhor Eidivanda Pereira Colcette, Diretora do estabelecimento de ensino (Conjunto Residencial União - Rua C, s/n, Umuarama - CEP 87507-000), e o Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3.800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101 - Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Em ofício recebido da Diretora da Escola Estadual Nicanor dos Santos Silva - Ensino de 1° Grau, demonstra a dificuldade do referido estabelecimento no que tange ao espaço físico do mesmo.

São em média 800 (oitocentos) alunos de 1.^a a 4.^a séries e aproximadamente 450 (quatrocentos e cinquenta) alunos de 5.^a a 8.^a séries. A escola está localizada entre vários jardins em expansão, e o número de salas de aula está insuficiente para atender a demanda.

Quando ao banheiro, é urgente a necessidade desta construção, uma vez que os professores estão utilizando o coletivo.

REQUERIMENTO N° 753

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor DENI SCHWARTZ, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica no trecho que liga a sede do Município de Cafezal do Sul ao Distrito de Jangada, no mesmo Município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Moisés Mendes Sanches, Prefeito Municipal de Cafezal do Sul (Av. W. David's, 756); Vereador José Altino de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Cafezal do Sul (Av. Ítalo Orcelli, 658, CEP 87567-000); Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3.800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101 - Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a precária conservação da atual estrada, o que resulta em inúmeras dificuldades no setor de transporte de cargas, principalmente na época de comercialização da safra agrícola, torna-se imprescindível a melhoria no sistema viário no referido trecho, além do que esta reivindicação é uma aspiração antiga da população de Cafezal do Sul.

REQUERIMENTO N° 759

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor JONI PAULO VARISCO, Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando o atendimento da Pastoral da Criança da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Icaraíma, que necessita de equipamentos para o acompanhamento e alimentação de crianças desnutridas.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 764

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER do Departamento de Estradas de Rodagem, a construção de um trevo de acesso na PR-218, na entrada para o Município de Pitangueiras.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

JUSTIFICATIVA:

Agora como município, o movimento existente na PR-218, entrada para Pitangueiras cresceu de forma visível. Para o acesso existe a necessidade de aguardar no acostamento, o que torna a conversão de extremo perigo.

Para evitar acidentes, a comunidade de Pitangueiras e todos que transitam por aquela área, necessitam desta obra simples, mas eficiente para a segurança do trânsito.

REQUERIMENTO N° 767

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário desta Casa, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner, com cópia ao Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Senhor Alexandre Fontana Beltrão, solicitando liberação de recursos previstos no Orçamento de 1995, para o reinício das obras do Restaurante Universitário da Universidade Estadual de Londrina.

Requer ainda que cópia deste sejam enviadas ao Reitor da UEL e aos Centros Acadêmicos de História e Filosofia no campus daquela Universidade.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O Restaurante Universitário é uma antiga luta dos alunos, professores e funcionários da Universidade Estadual de Londrina.

Sua construção atenderia aquela comunidade estudantil que merece possuir um

local onde possam fazer suas refeições de maneira digna e com economia de locomoção.

Londrina merece esta atenção do Governo Estadual, que com recursos previstos no orçamento deste ano, poderá premiar toda a comunidade londrinense, especialmente a universitária, com o reinício das obras desta necessidade premente.

REQUERIMENTO N° 730

Senhor Presidente.

O Deputado Carlos Simões (PFL), no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, após a aprovação do Plenário desta Casa de Leis, propõe

Pedido de informações ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná:

01. O Banco do Estado do Paraná liberou empréstimos às Empresas Irmãos Knopfholtz S/A e Cooperativa Agrícola de Cotia?

02. Se positivo, quais os valores tomados pelas referidas empresas e quais as condições gerais das operações?

03. Quais os critérios adotados pelo Banco para a liberação de recursos?

04. Quais as garantias oferecidas pelas tomadoras ao Banco?

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO N° 760

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado da Educação, solicitando que providencie junto à FUNDEPAR, os seguintes esclarecimentos.

1. Quais são os itens (cadernos, livros, lápis, etc) fornecidos pela FUNDEPAR às escolas municipais do Paraná no ano de 1994.

1.1. Quais são os critérios usados para o fornecimento destes materiais?

2. A FUNDEPAR tem fornecido merenda escolar às escolas municipais do Paraná, sob quais critérios?

3. Se para o fornecimento dos materiais escolares, e da merenda, levam em consideração o número de alunos, solicitamos:

3.1. Sob qual número de alunos foi fornecido material e merenda escolar no último bimestre de 1993, para as escolas municipais de Curitiba e Região Metropolitana? Especificar por município.

3.2. Para o ano de 1994, especificar o montante do material e da merenda escolar enviado para cada município da Região Metropolitana, por bimestre.

3.2.1. Especificar o número de alunos inscritos por série, em cada bimestre de 1994, e por município.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 761

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado da Educação, solicitando:

1. Quantos alunos concluíram o último bimestre escolar de 1993, nas escolas municipais de Curitiba e Região Metropolitana, discriminando por município?

1.1. Discriminar o município e o respectivo número de alunos por série.

2. Quantos alunos foram matriculados no ano de 1994, nas escolas municipais de Curitiba e Região Metropolitana por série?

2.1. Discriminar o município, o respectivo número de alunos por bimestre e a série.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 762

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem REQUEREM envio de expediente ao Secretário da Fazenda, Senhor Miguel Salomão, a fim de informar esta Casa detalhes sobre o último concurso realizado pelo Banco do Estado do Paraná, feito a nível nacional atentando para:

- Quantos candidatos se inscreveram no concurso;

- Qual o valor da taxa de inscrição cobrada;

- Quantos inscritos foram aprovados, e

- Quantos foram chamados até a presente data.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) IRINEU COLOMBO

DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 765

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Secretário Especial da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, após ouvido o Plenário, as seguintes informações referentes ao Programa Casa da Família:

1 - Qual o número de casas por conjuntos habitacionais por municípios;

2 - Qual o percentual das obras executadas por conjunto habitacional por município;

3 - Qual o percentual dos valores liberados por conjunto habitacional por município;

4 - Qual o valor total de cada convênio por município (em reais);

5 - Qual o número de conjuntos em construção;

6 - Qual o número de unidades em construção;

7 - Qual o número de conjuntos concluídos;

8 - Qual o número de unidades concluídas;

9 - Qual o número total de conjuntos;

10 - Qual o número total de unidades;

11 - Qual o número de municípios atendidos.

Atualizados referente a medição do mês de abril de 1995.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 011/95

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita para que a população decida sobre a criação do Município de Guarará, desmembrado do Município de Guarapuava:

"Começando no P.P.O.M.I. da coordenada N.S.E.W. da planta cartográfica e próximo da encosta da Serra da Esperança na linha perimétrica em confrontação com as terras do Município de Guarapuava - PR, segue pela linha poligonal perimétrica acompanhando o limite e a encosta da Serra da Esperança em confrontação com terras do Município de Prudentópolis - PR, com vários rumos sucessivos no sentido Norte-Sul, cruza a rodovia Panamericana BR-277 e mediu-se neste alinhamento pelo caminhamento de ordenadas 87.900,00 metros onde encontra-se o rio Iratim na linha perimétrica em confrontação com terras do Município de Prudentópolis - PR. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do rio Iratim no sentido descendente, confrontando sucessivamente com terras do Município de Inácio Martins - PR, com vários rumos sucessivos mediu-se pelo caminhamento de ordenadas 33.600,00 metros, onde encontra-se a confluência do rio Iratim com o Arroio do Jacu ou Bugio no rio Bananas. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do rio Bananas no sentido descendente, confrontando com terras do Município de Guarapuava - PR, com vários rumos sucessivos mediu-se pelo caminhamento de ordenadas 3.800,00 metros até encontrar um marco cravado próximo da margem do rio Bananas na linha perimétrica. Deste marco segue por linha seca poligonal perimétrica com um percurso retilíneo, confrontando sucessivamente com terras do Município de Guarapuava - PR,

com os rumos sucessivos de SE 1°00'NW, mediu-se neste alinhamento 13.400 metros onde encontrava-se a Rodovia Panamericana BR-277 e a Igreja do Alto do Rio das Mortes na linha perimétrica, a rumo de SW38°00'NE, mediu-se 7.200,00 metros a rumo de SW41°00'NE, mediu-se 3.160,00 metros a rumo de SW57°30'NE, mediu-se 5.750,00 metros, onde encontra-se a estrada GA 106 na linha perimétrica. Finalmente deste marco segue pela linha seca poligonal perimétrica com um percurso retilíneo, confrontando sucessivamente com terras do Município de Guarapuava - PR, com o rumo de SW81°00'NE e mediu-se neste alinhamento 8.000,00 metros ligando-se no P.P.O.M.I. descrito na inicial onde começou e que encerra a demarcação deste polígono".

PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE GUARÁ

"Começando em um marco gravado na linha seca poligonal perimétrica em confrontação com terras pertencentes à Cia. Fiat Lux, segue pela linha poligonal perimétrica com um percurso retilíneo, cruza a Rodovia Panamericana, BR-277 com o rumo de NE10°00'SW e mediu-se 500,00 metros onde gravou-se um marco de cerne. Deste marco segue por duas linhas secas e perimétricas com um percurso retilíneo, confrontando com terras pertencentes a Cia. Fiat Lux com os rumos sucessivos de SE80°00'NW, mediu-se 1.370,00 metros onde cravou-se um marco de cerne, a rumo de NE42°00'SW cruza com a PR-364 que se dirige para Inácio Martins - PR, e mediu-se neste alinhamento 810,00 metros, onde cravou-se um marco na linha perimétrica. Deste marco segue por uma linha seca e divisória com um percurso retilíneo, confrontando com terras pertencentes à Cia Fiat Lux, com o rumo de SE60°00'NW mediu-se neste alinhamento 1.400,00 metros onde cravou-se um marco na linha perimétrica. Deste marco segue pela linha seca poligonal perimétrica com um percurso retilíneo, cruza a rodovia Panamericana BR-277, com o rumo de SW35°00'NE e mediu-se neste alinhamento 500,00 metros onde cravou-se um marco de cerne na linha perimétrica. Finalmente deste marco segue por uma linha seca poligonal perimétrica com um percurso retilíneo, confrontando sucessivamente com terras pertencentes, respectivamente, ao Senhor Osmundo Horst e outros, Oscar Horst e outros, Norberto Klüber e Cia. Fiat Lux, com os rumos sucessivos de NW60°00'SE, mediu-se 800,00 metros, a rumo de SW68°00'NE mediu-se 820,00 metros, a rumo de NW82°00'SE mediu-se 1.500,00 metros ligando-se no marco descrito na inicial, onde começou e que encerra a demarcação deste polígono."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.95

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa atender aos pedidos das lideranças locais e para dar condições a população do Distrito de Guará a manifestar-se sobre a criação ou não do Município do mesmo nome, desmembrando-se, assim, do Município de Guarapuava.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 102/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam declaradas de Utilidade Pública Estadual, as entidades constituídas no Estado do Paraná, integrantes das instituições "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI" e "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE".

Parágrafo Único - Para os fins previstos no "caput" deste artigo, as entidades deverão comprovar, junto aos órgãos pertinentes, que preenchem todos os requisitos exigidos pela Lei n° 6.994, de 10.01.78.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.95

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Desenvolvendo ações de caráter assistencial, sem fins lucrativos, junto à sociedade, inclusive no âmbito da saúde e da educação, as APAE's e APMI's sobrevivem com recursos oriundos de doações, auxílios, promoções comunitárias e contribuições dos sócios.

A maioria dessas associações já são declaradas de Utilidade Pública Municipal e o pedido que ora fazemos da declaração de Utilidade Pública Estadual objetiva que tenham condições para receber subvenção e auxílio financeiro junto aos órgãos públicos estaduais.

Temos certeza de que os nobres Pares, com assento neste Poder Legislativo, conhecedores dessas entidades nos seus respectivos municípios e sabendo do elevado trabalho que desenvolvem, bem como das dificuldades que enfrentam, nos prestarão o apoio necessário à aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 103/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Para a concessão de título paranaense de cidadania honorária ou benemérita, o homenageado deverá preencher as seguintes condições:

I - ter sido distinguido com título municipal correspondente, conferido pela Câmara de Vereadores do Município em que reside;

II - oferecido contribuição científica, cultural, artística ou literária;

III - ter relevantes serviços prestados em causas sociais de interesse do Estado do Paraná;

IV - ter participação efetiva na defesa dos postulados democráticos, instituições nacionais e da cidadania;

V - se político, apresentar desempenho irrepreensível no trato da coisa pública.

Parágrafo Único - A proposta de concessão de título de cidadania, deve ser instruída com provas do preenchimento dos requisitos constantes deste artigo, em documentos emitidos por entidades representativas reconhecidas ou através de publicações em jornais ou revistas de circulação regular no País ou no Estado do Paraná.

Art. 2º - Fica revogada a Lei nº 5638 de 13 de setembro de 1967.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A lei que propomos a revogação, é abrangente e torna a possibilidade de se conferir a mais elevada honraria oficial do Paraná, para qualquer cidadão, independente de sua atuação no cenário paranaense.

Tal lei, diga-se, foi concebida em 1967, durante período em que os parlamentares, por força do movimento militar de 1964, ficaram com suas prerrogativas reduzidas, passando a se constituir em meros foruns de homologação da vontade dos poderes executivos. Foi por isso, para atenuar a limitada ação dos parlamentos, que integrantes dessas Casas propuseram leis para concessão de honrarias e homenagens o que, antes de valorizar os legislativos, acabaram por ridicularizá-los, em muitos casos.

Com o projeto que estamos apresentando, resgataremos o significado da concessão de Título de Cidadão Honorário ou Benemérito, pois os parlamentares irão buscar na biografia de seus homenageados, históricos que engrandecem a iniciativa de nossa Assembléia, em se reunir para aprovar a concessão de um título de cidadania paranaense.

Em breve levantamento das concessões

de títulos de cidadania, nos últimos quatro anos, constatamos quase uma centena de leis a respeito (22 em 1991, 15 em 1992, 37 em 1993 e 16 em 1994), sendo apenas outorgados (10 em 1991, 11 em 1992, 08 em 1993 e 05 em 1994) o que, convenhamos torna o título de cidadão paranaense uma homenagem de pouco valor porque conferida com critérios muito superficiais.

Para reflexão juntamos cópia de publicação da revista "ISTO É" do indeferimento de um título de cidadania para o Presidente da República - Fernando Henrique Cardoso, na Câmara de Ibiúna, interior de São Paulo, fato que bem demonstra a forma indevida com que vem sendo tratada a concessão de títulos de cidadania.

Com este projeto, temos certeza que o Paraná avançará no resgate da seriedade da classe política, pois invariavelmente estamos na vanguarda de medidas oportunas e coerentes.

Apresentamos o projeto em análise, contando com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 104/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica inserido o item "2", no inciso IV - GRUPO "D", do artigo 23, da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, com a seguinte redação:

"2 cartelas de realizações de sorteios ou similares".

Art. 2º - O contribuinte será a empresa responsável e autorizada a comercializar as referidas cartelas.

Parágrafo Único - Será responsável solidário pelo recolhimento, todas as entidades que diretamente obtiverem algum rendimento pela alienação das referidas cartelas, até o montante da renda obtida.

Art. 3º - A presente lei será regulamentada através de decreto do Poder Executivo, com o intuito de definir os procedimentos em relação a prazos, local de pagamento, documentação, controle, fiscalização, deduções e crédito, objetivando a arrecadação do previsto na presente lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem o objetivo de esclarecer o andamento das obras do Programa "Casa da Família". Desenvolvido pela COHAPAR, na maioria dos municípios do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 105/95

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O prazo fixado no Parágrafo Único do artigo 1º da Lei nº 10.509, de 27 de outubro de 1993, fica prorrogado até 30 de dezembro de 1995, mantido os demais dispositivos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada expressamente a Lei nº 10.828, de 6 de junho de 1994, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.95.

(a) PÉRICLES DE MELO

Apoio: Ângelo Vanhoni, Emerson Nero-ne, Luiz Carlos Zuk, Dr. Rosinha e Irineu Colombo.

JUSTIFICATIVA:

O Ensino Superior Estadual do Paraná, em diversas vezes, mostrou a sua competência, bem como a importância de sua contribuição ao desenvolvimento do Paraná, seja nas inúmeras pesquisas produzidas, seja na qualificação e formação dos estudantes destas instituições.

As condições de trabalho do pessoal das Instituições de Ensino Superior mantido pelo Governo do Paraná, é uma necessidade para a manutenção desta tradição, mas também para se ir mais além, como o atual estágio de desenvolvimento do Paraná requer.

Uma das necessidades mais prementes é uma reflexão sobre a regulamentação do magistério do Ensino Superior do Paraná, cuja a Lei nº 10.509, que "Dispõe que o pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior, fica subordinado aos dispositivos da Lei nº 9.887/91 e adota outras providências" fixou prazo de 180 dias para a "adequada aplicabilidade" da referida lei. Prazo este que mostrou-se insuficiente, fazendo necessária a Lei nº 10.828, de 06.06.94, que fixou novo prazo, que novamente não contemplou esta necessidade.

Neste sentido apresentamos o presente projeto de lei, estendendo até 31 de dezembro do corrente ano, o prazo para a adequar a aplicabilidade da lei, que "Dispõe que o pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior, fica subordinado aos dispositivos da Lei nº 9.887/91 e adota outras providências".

Estamos cientes que este projeto de lei, contribui para reverter algumas distorções na situação do Pessoal Docente das Autarquias de ensino Superior, mas não esgota a necessária reflexão e ação para regulamentar de forma definitiva e consequente a situação deste segmento que tem mostrada a sua importância no processo de desenvolvimento do Paraná.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 106/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ - CONCITEC

Art. 1º Ao Conselho Estadual de Ciências e Tecnologia do Paraná - CONCITEC, compete o estabelecimento das diretrizes e formulação da política estadual de fomento à pesquisa científica e tecnológica.

Art. 2º - São atribuições do CONCITEC a promoção e o amparo aos projetos de pesquisa básica e tecnológica e de desenvolvimento tecnológico, com o objetivo de contribuir para o progresso social e econômico do Estado do Paraná.

Art. 3º - Para concessão de seus objetivos, o CONCITEC poderá celebrar convênios e contratos com entidades ou órgãos públicos e pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, observada a Legislação específica.

Art. 4º - O CONCITEC tem a seguinte composição:

I - Doze (12) representantes do Poder Executivo, indicados pelo Governador do Estado do Paraná, dentre eles o titular da Pasta a qual está diretamente afeta a Ciência e a Tecnologia, na qualidade de membro nato.

II - Três (03) membros da comunidade tecnológica, sendo dois (02) indicados pelos Centro de Integração e Tecnologia do Paraná - CITIPAR e um (01) indicado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET.

III - Três (03) membros da comunidade científica, sendo um (01) indicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Secretaria Regional do Paraná; e dois (02) indicados pelo Fórum dos Reitores das Universidades do Estado do Paraná.

IV - Três (03) membros da comunidade empresarial, sendo um (01) indicado pela Federação das Indústrias do Paraná - FIEP, um (01) indicado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná e um (01) indicado pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR.

V - Três (03) membros da comunidade trabalhadora, sendo um (01) indicado pela Federação dos Trabalhadores na Indústria do Paraná - FETIEP, um (01) indicado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná - FETAEP e um (01) indicado por um Fórum que congregue entidades da comunidade trabalhadora.

Parágrafo Único - Todos os membros indicados deverão ter reconhecida competência científica e tecnológica.

Art. 5º - Os representantes indicados serão nomeados conselheiros por decreto do Governador do Estado, para um mandato de 04 (quatro) anos.

§ 1º - Cinquenta por cento (50%) do conselho renovar-se-á a cada período de dois anos.

§ 2º - O CONCITEC poderá ser convocado pelo presidente ou por um terço de seus membros.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CONCITEC

Art. 6º - O CONCITEC é vinculado à Secretaria de Estado, a qual está diretamente afeta a função da Ciência e Tecnologia.

Art. 7º - Além dos dispositivos desta lei, o CONCITEC será aprovado pela maioria absoluta dos seus conselheiros e estabelecido por decreto do Governador do Estado.

Art. 8º - O CONCITEC é constituído por um conselho deliberativo, uma diretoria e uma assessoria técnico-científica.

Art. 9º - Integra o conselho deliberativo todos os membros nomeados na forma prevista no artigo 4º, desta lei.

Art. 10 - A diretoria é composta pelo presidente, vice-presidente, diretor administrativo-financeiro e diretor-técnico-científico.

Art. 11 - A assessoria técnico-científica subordinada ao diretor técnico-científico, será formada exclusivamente por consultores "Ad hoc", indicados pelo conselho deliberativo.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS DO CONCITEC

Art. 12 - O CONCITEC é o gestor dos recursos derivados da parcela mensal da receita tributária do Estado, conforme disposto no Art. 205, da Constituição do Estado do Paraná, e de recursos de outras fontes, além daqueles decorrentes do Art. 3º desta Lei.

Art. 13 - As despesas administrativas do CONCITEC, inclusive de pessoal, não poderão ultrapassar 2% (dois por cento) do seu orçamento.

Art. 14 - O Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná - FUNCITEC, criado pela Lei nº 8387, de 15 de outubro de 1986, é subordinado ao CONCITEC que é o gestor dos seus recursos.

Parágrafo Único - Ao FUNCITEC será destinada dotação anual equivalente a, no mínimo, 2% (dois por cento) da receita tributária do Estado, consignada do seu orçamento.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15 - Dos recursos derivados da parcela da receita tributária do Estado, 50% (cinquenta por cento), deverão ser aplicadas nas instituições de pesquisa vinculadas ao Governo do Estado.

Art. 16 - É vedado ao CONCITEC criar ou manter órgãos de pesquisa e assumir encargos administrativos de outras instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Art. 17 - As funções dos membros do conselho deliberativo e dos consultores "ad hoc" são honoríficas, não-lhes cabendo qualquer espécie de gratificação ou remuneração, a qualquer título.

Art. 18 - O primeiro conselho deliberativo será composto por 12 (doze) membros com mandato de 2 (dois) anos e 12 (doze) membros com mandato de 4 (quatro) anos, nomeados na forma prevista nesta Lei.

Art. 19 - Os recursos do FUNCITEC, criado pela Lei nº 8.387, de 15 de outubro de 1986, serão depositados no Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, em conta especial sob a denominação: "Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC".

Art. 20 - Fica o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Ciência e Tecnologia, dois cargos símbolo DAS-3, para provimento dos diretores: administrativo-financeiro e técnico-científico.

Art. 21 - A reunião de instalação do CONCITEC deverá ser realizada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta Lei, e seus estatutos deverão ser discutidos e aprovados até 30 dias decorridos da data de sua instalação.

Art. 22 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A importância e a relevância da Ciência e Tecnologia revelam-se na proporção direta da razão e da forma como foram tratadas pelos constituintes federais.

A vinculação constitucional permitida pela constituição federal e acatada pelos Constituintes do Paraná evidencia essa importância.

"Art. 205 - O Estado destinará, anualmente, uma parcela de sua receita tributária, não inferior a dois por cento, para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, que será destinada em duodécimos, mensalmente, e será gerida por órgãos específicos, tecnológica, empresarial e trabalhadora, a ser definido em Lei."

(Constituição Estadual)

"Art. 200 - Cabe ao Poder Público, com

participação de sociedade, em especial as instituições de ensino e pesquisa, bem como as empresas públicas e privadas, promover o desenvolvimento científico e tecnológico e suas aplicações práticas, com vistas a garantir o desenvolvimento econômico e social paranaense".

(Constituição Estadual)

É de extrema importância que o Estado do Paraná tenha regulamentado as suas atividades com referência à ciência e tecnologia, para que possa garantir uma melhor posição na sua produtividade e capacitação técnica.

Passamos ao Pequeno Expediente.

Antes, prazerosamente a Presidência anuncia a presença no Plenário, do Presidente da OCEPAR, acompanhado do ex-Presidente Orlando Pessuti e demais lideranças desta Casa.

Com a palavra, o ilustre Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Srs. Deputados, Brasil novo, Brasil de esperança, um povo cheio de vida, uma Nação que quer trabalhar para contribuir por este imenso Estado Brasileiro. E nós novamente estamos nesta Tribuna para defender o nosso trabalhador, para defender o nosso herói brasileiro, para defender aquele que vê o sol amanhecer, o horizonte, e que o dia inteiro trabalha na sua lavoura e que só vê dinheiro de seis em seis meses, que é o nosso lavrador, o nosso agricultor.

Traço aqui hoje mais uma vez em defesa do agricultor aonde nós vemos financiamentos do Panela Cheia, financiamentos, um sem o Finame e outros financiamentos Panela Cheia, com o Finame. Ficamos alegres contentes quando recebemos outro dia uma proposta que dizia que os financiamentos do FINAME até o dia 30.04.93 foram prorrogados até dois anos, até 1996, e que os novos contratos a partir de 01.05.93 até hoje não seriam prorrogados. Assistimos uma vitória da agricultura, do povo brasileiro, uma vitória desta Casa, deste Deputados, quando o Congresso derrubou o veto do Presidente da República referente a questão da TR e hoje mais uma vez desta Tribuna quero dizer: os pequenos agricultores não são culpados muitas vezes de nós vermos grandes agricultores que tomam somas vultuosas em Bancos e que depois não pagam as suas contas e que muitas vezes, o Governo está aqui agora para dizer aos Senhores Deputados, o Congresso Nacional vetou a cobrança da TR, com muita honra, com muita garra, com muita personalidade, nós vemos agora, Banco do Brasil não considera efeito retroativo.

Ora, se o Congresso de Leis, se o Con-

gresso está lá, a Câmara dos Deputados está em Brasília para defender a agricultura. Por que os órgãos do Governo, Banco do Brasil, Banco Central e o próprio Presidente da República não acatam a sugestão daqueles que foram eleitos pelo povo, daqueles que realmente levam a Brasília o voto de confiança da população brasileira. Temos visto aqui e dizer uma coisa, será que não se pode estudar uma forma de ajudar esse pequeno agricultor? Será que o Governo, será que o Banco do Brasil, Banco Central, será que eles querem ver os nossos agricultores aqui do interior venderem sua propriedade novamente porque não podem pagar essa desgraça, esse inferno, que cobraram esse assalto à mão armada no bolso do nosso agricultor? Vemos aqui que os grandes são os responsáveis pelas maiores dívidas que tem no Banco do Brasil, três bilhões e cento e vinte milhões, desses quinze mil, mil duzentos e quinze são de dívidas acima de quinhentos mil reais, que concentram em 70% da dívida. O grande muitas vezes tem recursos, tem muita terra e tem outras fontes de renda, e que pegou o dinheiro muitas vezes que não era nem para fazer aplicação em cima da lavoura; mas o pequeno, ele pega o dinheiro, é a subsistência dele, é a contribuição para ajudar esse Estado, e que nós vemos cobrando a TR.

Agricultores que não têm condições de pagar. E nós hoje ainda conversávamos com Brasília, conversávamos com o Deputado Federal Odílio Balbinote (?), com o Deputado Federal Ricardo Barros, a respeito, e nós realmente informamos hoje mesmo em Campo Mourão para que o agricultor vá no Banco, segunda-feira, quando vence a sua parcela, vá e pague a sua conta apenas com o valor original da dívida. E se o Banco não quiser aceitar que ele pague apenas o devido, sem a TR, o banco que faça uma declaração que não quer receber sem a TR. Esse é um País que nós precisamos todos juntos, de mãos dadas, construir, gente. Para que destruir uma imensa riqueza que nós temos hoje? Muitos agricultores penalizados tem que vender a sua propriedade, se suicidando, não tendo condições muitas vezes nem de comprar um remédio para o seu filho que fica doente.

Esse é o Brasil que precisa ser levantado. E é com a voz de todos nós, é com a voz desses Parlamentares que estão aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná defendendo com unhas e dentes, e é por isso que nós estamos hoje, e eu me orgulho de estar nesta Casa de Leis junto com esses Parlamentares que foram eleitos para nós defendermos a agricultura do Paraná. Precisamos gritar bem alto, não nos envergonhamos de fazer alguma coisa por essa instituição que rouba o dinheiro do

e que o Governo tem que realmente olhar por eles. Não dá para aceitar. Digo lá em Brasília, eles não sabem o que é o interior do sudoeste, do noroeste, do centro oeste do Estado do Paraná, o que é o sofrimento desse agricultor. Ficam lá, lá está tudo bem, é um mar cor de rosa, é um paraíso; mas aqui não sabe o que o nosso povo está passando.

Dizer ainda Srs. Deputados que nós estivemos na última semana não só representando, Sr. Presidente, essa Casa de Leis junto com o Deputado José Maria lá no interior, Godoy Moreira, Barbosa Ferraz. E quero deixar aqui um voto de protesto àqueles que falam que Deputado não faz nada. E vai ao programa Jô Soares, programa 11:30 da noite, aonde dizia, tirando sarro dos Deputados do Rio de Janeiro. Mas eu estou me levantando nesta Tribuna aos Deputados do Paraná, porque ele se refere, falando em Deputado, a todos os Deputados, que Deputado trabalha apenas três dias por semana.

Quero que o Jô Soares, para ele falar isso ele tem que analisar que tem Deputados que trabalha, principalmente na Assembleia Legislativa do Paraná aonde eu ando pelos quatro cantos do Paraná, aonde os nossos Deputados junto com a população, junto com os seus Prefeitos, com seus Vereadores, defendendo as causas maiores, que é desse Estado do Paraná. E dizer, ainda quero deixar aqui registrado, Sr. Presidente, nesta Casa de Leis, para que um dia, ou que seja imprensa ou que seja qualquer cidadão desse Estado do Paraná, ou do Brasil, para dizer que o Deputado ganha muito e não faz nada, eu quero que ande apenas trinta dias junto com o Deputado Nelson Tureck, aí sim ele vai ver se trabalha, ou não trabalha, porque eu tenho certeza que todos esses Deputados que todos estes Deputados foram eleitos para representar o povo, e estão aí, a melhor qualidade de todos os partidos políticos, para representar, com muita honra e com muita glória o Legislativo do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa, que hoje, mais uma vez, está de parabéns, é a única Assembleia onde os Deputados não têm direito a aposentadoria. O resto das Assembleias do Brasil, todas elas aposentam os Deputados, e esta Assembleia não! É o voto de parabéns ao Legislativo do Estado do Paraná. Sr. Presidente Anibal Khury, meus parabéns.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presi-

dente, Sra. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente, Deputado Nelson Tureck, o seu pronunciamento, nessa Casa, mas ouvi atentamente, ontem na rede Manchete, o jornalista Carlos Chagas, ouvi atentamente, no SBT a análise, profunda, criteriosa, do jornalista Bóris Kasoi, e depois, atentei bem para o Jornal da TV Cultura, que eu faço um alerta, que os Srs. assistam à TV Educativa do Paraná, que tem um grande jornalismo, às 10 horas da noite, sobre o grupo ruralista, os Srs. Deputados ruralistas de Brasília.

É muito fácil, Deputado Nelson Tureck, ir a Brasília e defender o grande ruralista. Aquele que tem uma BMW, aquele, que tem uma Mercedes na garagem, tem uma caminhonete F 1000, S 10, tem maquinário, tem fazendas modelo, é muito lindo ser Deputado da Classe dominante! Mas disse ontem o jornalista Bóris Kasoi: - "Que o Governo que pode governar um País?"

Perdoem-me, o Presidente Fernando Henrique é um bom Presidente, ele está tentando, como está tentando o Governador! Não adianta você querer que o Governador Jaime Lerner faça, em 3 meses aquilo que não fizeram em 10, 20 anos. Não adianta querer que o Presidente Fernando Henrique Cardoso resolva o problema de um País atrasado culturalmente, um País onde se ouve falar em corrupção, em desmando! Não adianta, Deputado Nelson Tureck, o Sr. como Deputado defensor da Agricultura, como o Deputado Tavares, Pessuti e tantos outros, que defendem a área rural, como o Deputado Miltinho Puppio, que veio da terra vermelha, da região do Vale do Ivaí. É muito fácil chegar em Brasília, como diz o Sr. que eles não conhecem, porque eles só conhecem em época de eleição! É muito bonito você chegar em Jandaia do Sul, subir no palanque e dizer: "Sou candidato a Deputado Federal, quando eu for a Brasília, quero no Congresso defender o pequeno, o médio e o grande agricultor do meu País."

Como é lindo ouvir estas palavras. Aí chega-se em Brasília o encanto do tapete vermelho, do tapete amarelo é completamente diferente.

Aí começa a mudança da cabeça. Ninguém

vai para lá defender o pequenino agricultor que ia no gabinete do prefeito Edno Guimarães, em Cianorte, não.

Ninguém.

É muito fácil chegar em Brasília e dizer: "Eu sou Deputado Federal", enquanto os corredores da Assembleia, os gabinetes dos Deputados Anibal, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, do Alborghetti - hoje trocaram o carpet, porque eu não aguentava mais a fedentina dentro do meu gabinete, que eu não aguentava mais o fedor que estava lá dentro e então trocaram hoje, para aguentar mais não sei quantos anos ainda.

Pretendo sair daqui com muleta.

Vou sair daqui, de muleta, mas já está lá a procissão da miséria do sofrimento. Está lá na porta do meu gabinete.

Muito bonito o deputado federal se eleger.

Anteontem eu conversava com o Deputado Valdir Rossoni. Ele preocupado, nervoso com o pequeno agricultor da região, daquela região fantástica de União da Vitória.

O Valdir não está preocupado com o grande agricultor, que chega tarde, pega a sua F-1000 e vai para Caiobá, ele não está preocupado com o agricultor que pega o seu Saitation e vai para o Rio, vai para Aruba, para Miami, enquanto o pequeno agricultor vai para a barraquinha do rio com uma varinha, pescar e às vezes chora lágrimas de sangue, porque não tem com que pagar o Banco do Brasil, o Banco do Estado do Paraná, o Banco Bamerindus, o Banco Safra ou qualquer outra instituição bancária deste país: ele chega no final da semana e tem que pegar a sua Brasília velhinha, o seu fusquinha velhinho, a sua caminhoneteinha velhinha. Então eu queria dizer a V.Exa. Deputado Nelson Tureck, que eu concordo com vosso pronunciamento.

Eles não estão em Brasília, para defender o pequeno agricultor, eles não estão em Brasília para defender o médio agricultor. Não. Não estão lá para fazer esta defesa, Deputado Joel Coimbra, Deputado Élio Rusch que também traz às costas a marca do oeste do Paraná e sabe o que é o sofrimento do miserável agricultor, aquele que chega no BANESTADO e tem medo de chegar na mesa do gerente. Porque se você chegar na mesa do gerente, bem vestido, parar sua caminhonete bonita, você desce, a secretária do gerente diz: "Está chegando aí o dono da fazenda do 'santo', do 'satanás', do 'ribeirão do satanás', 'tem 300 mil cabeças de gado'. Chega lá, o cara mete o 'papagaio'. 'Quanto é que o senhor precisa'? 'Eu precisava de um milhão de dólares, porque eu preciso plantar, preciso não sei o quê, preciso ir para Aruba, para Miami'. 'Mas é na hora, já'. 'Precisa de avalista? 'Que avalista! Não precisa de nada, não. Está tudo bem. Vai, toma um litrinho de whisky aí'".

O pequenininho quando chega, pode ser no BANESTADO, no BAMERINDUS, no 'diabo que o carregue', chega dentro do banco e diz: "Eu queria falar com o gerente". Aí a moça fala: "O senhor é o quê? Não esmola aqui não. Aqui não atende". "Não, não é esmola não, sou dono de um sítiozinho aqui na saída para Almirante Tamandaré, ali pertinho da chácara da Dra. Izabel, tenho ali umas cabecinhas de gado, sabe? Plantei lá uma sojzinha, um arroizinho, um feijão, e eu precisa de um bocadinho, precisa de 50 mil reais, para a gente pagar o compadre Zeca que tem uma colhedeira bonita do

outro lado e ele me disse que me arrenda a colhedeira se eu pagar o compadre Zeca, ele disse eu que tenho que pagar ele, se eu não arrumar o dinheiro aqui não dá." E gerente manda o pequeno agricultor sentar: sente, sente. Daí o gerente mexe na gaveta: "Achei, portaria do Banco Central, nós não temos dinheiro para financiar". Estou mentindo ou não? Aí ele abre outra gaveta: "Tem outra portaria que chegou ontem, pode arrumar cinco mil real, mas precisa de dez avalistas."

O Sr. Cezar Silvestri: V.Exa. me permite um aparte?

Cedo o espaço do PSDB para V.Exa.

(Assentimento)

Deputado quando o Senhor fala e o pronunciamento do Deputado Nelson Tureck com relação ao pequeno produtor, mas não é a realidade o seu pronunciamento e do Deputado Nelson Tureck. Acharmos o seguinte, na verdade o produtor tem que ser respeitado por ser produtor rural, independente de ser pequeno, médio ou grande, achamos que não pode haver essa discriminação. Temos aqui o Presidente da OCEPAR que nos honra com sua presença, OCEPAR do Paraná. O repasse feito pelo Brasil normalmente são feitos às cooperativas e as cooperativas repassam aos pequenos produtores. Se continuasse a política feita pelo Governo Federal através da TR quem quebraria seriam as cooperativas que estão atendendo aos pequenos produtores. Acredito que nós devemos no País é defender o produtor rural, a necessidade que temos hoje é de que exista uma política agrícola que valha pelo menos para cinco anos, o que não pode é a cada safra ter uma nova política agrícola. Acho que todos devemos somar esforços em defesa do produtor rural, independente de ser micro, pequeno, médio ou grande.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Deputado

Cezar Silvestri o Senhor sabe que tenho uma profunda admiração pelo Senhor, o Senhor é meu particular amigo, o Senhor sabe disso. O Senhor não entendeu o meu pronunciamento, há racismo no País contra o grande e o pequeno agricultor, há racismo sim Senhor. Há racismo dentro dos bancos brasileiros.

O grande agricultor tem um tratamento neste País, o pequeno agricultor tem outro tratamento.

Quando é em época de eleição tem outro tratamento. Há discriminação neste País, o pequeno agricultor que se dane, o grande agricultor quando entra dentro de um banco tem tudo, tudo, é convidado para jantar, almoçar, para reunião, etc., o pequeno agricultor não é convidado para nada, não tem nada. É isso que eu quero di-

zer a V.Exa., existe discriminação nesse País sim. Acho que a agricultura Deputado Cezar Silvestri ainda é, prestem bem atenção Senhores, ainda é o celeiro deste País. Se você andar pela região de Guaraçuva, se você andar pela região do Deputado Tavares onde ele está plantando na região de Cândido de Abreu, Ivaiporã, em Londrina onde eu amassei barro no Jardim Bandeirantes, se você andar em todo o Paraná você vê esse verde lindo, maravilhoso, essa terra que esse País tem, amo esse País, amo o Hino Nacional, amo a Bandeira do Brasil, eu só não entendo, Deputado Cezar Silvestri, porque temos que trazer arroz de fora, porque temos que trazer feijão de fora, porque esses dias houve uma passeata, jogaram milho, jogaram batata fora, e a própria repórter da Rede Globo descascava batata, a batata dava para tratar milhares e milhares de creche brasileira. Ora, discriminação existe sim, o que falta em Brasília, Deputado Cezar Silvestri, é o que nós temos dentro deste Parlamento, esse Parlamento eu defendo com unhas e dentes. Aqui são 54 Deputados honrados, e cada qual tem o seu ideal, como o Deputado Péricles apareceu ontem em várias redes de televisão fazendo denúncias e querendo averiguar quem é o dono da verdade. Enfim, cada qual com o seu ideal, como o Deputado Edson Lino está preocupado com a sua região, cada Deputado aqui tem a sua preocupação constante.

Ora, e lá em Brasília? É muito fácil, é muito fácil. Poucos que eu conheci, me perdoem, se V.Exas. gostarem tudo bem, se não gostarem paciência: eu aprendi, quando eu era Vereador, eu fui seis anos Vereador, fui eleito, fui o mais votado pelo PDS, contra tudo e contra todos, eu respeitava um Deputado Federal em Brasília.

Ele não tinha medo de dar a cara para bater, Deputado José Tavares. Durante o tempo que convivi eu fui o único que sempre tive lados opostos com ele, mas sempre tive, até no dia do seu acidente eu estive ao lado de sua cama porque sempre aprendi a respeitar o Deputado José Tavares, porque no Parlamento em Brasília ele mostrou que tinha vergonha na cara e vontade política de trabalhar e este Parlamento tem, o Deputado Cezar Silvestri, Deputado César Seleme, Jocelito, todos os Senhores Deputados, seja do PTB, do PT, o Deputado Zezé que me deu uma demonstração, que me derrubou. Vim aqui à Tribuna outro dia conchamar o Paraná para que me ajudasse a salvar uma criança com câncer, o Deputado de Araucária deu ao Paraná e ao Brasil, Deputado Zezé que está aqui, ele me trouxe os medicamentos para ajudar a salvar essa criança. Ora, isto para mim é orgulho de ter um Deputado deste naipe. Para mim o Congresso é forte, esse Congresso. Brasília eu ainda não sei. Depois do que vi ontem, que os ruralistas, os Deputados ruralistas estão preocupados com o grande agricultor, me perdoem, ainda acredito é no Parlamento do Paraná.

Os Senhores são heróis, os Senhores merecem, os Senhores estão aqui para defender a família brasileira do Estado do Paraná, os Senhores 54 Deputados são honrados, têm caráter, todos os Senhores com vontade política de trabalhar e vamos trabalhar. A Assembléia do Paraná para mim é a melhor Assembléia Legislativa do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra a presença do ex-Prefeito Alberri Pinheiro, convidado pelo Deputado Sâmias da Silva.

Com a palavra o Senhor Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores jornalistas presentes nesta Sessão de hoje, como havíamos prometido em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, em audiência a ser realizada amanhã com o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Netto, nós entregaremos uma representação à Procuradoria Geral da Justiça do Paraná, relativa as obras do Canal Extravisor do Rio Iguaçu.

Além das denúncias e das questões sérias que levantamos a semana passada, estivemos reunidos com o fórum das entidades ambientalistas do Paraná e essas entidades alertaram para uma série de outras graves questões do ponto de vista técnico e ambiental que envolvem a mesma obra. O fato de não existir nem projeto de engenharia sequer, de o Canal ter sido iniciado sem estar concluído esse projeto e consequentemente não haver um relatório de impacto ambiental de verdade, apenas o pseudo relatório de impacto ambiental, porque nós sabemos que o Rima (?) para ser feito precisa de um ambsamento que é justamente o projeto de engenharia para poder analisar as consequências que uma obra vai causar sobre o meio ambiente. O Rima que foi apresentado é sobre uma idéia e não sobre um projeto de engenharia.

E o mais grave é a denúncia que os ambientalistas fazem de que não existe sequer nenhum início de um estudo sobre sedimentologia, ou seja, se abre um canal sem saber o assoreamento que vai ter no futuro esse canal, correndo-se o sério risco de que o canal seja concluído hoje e daqui a dois, ou três anos desapareça novamente o canal pelo assoreamento; ou então tenha que ficar permanentemente uma draga a tirar terra de dentro do canal.

Ambientalistas alemães que estão em

Curitiba e nos visitaram ontem em nosso gabinete, e nos mostraram uma cartilha que na Alemanha e nos países da Europa já é utilizada num curso secundário, mostrando às crianças o que deve ser feito e o que não deve ser feito com o rio. Mesmo porque, em vários países da Europa, o que foi feito há alguns anos atrás está sendo refeito agora, uma utilização de grande quantia de recursos. A questão é que esses países ricos que podem fazer obras equivocadas, no caso do Brasil e do nosso Estado é uma questão bem ao contrário.

Na quinta-feira nossos advogados nos entregam a minuta da ação popular que estaremos entrando junto ao Ministério Público, aliás, junto a uma Vara da Justiça de Curitiba para tentar embargar a obra do canal extravasor, porque temos clara certeza, convicção plena pelas questões que levantamos, questões técnicas, questões que desqualificam a emergência da obra, o relatório do próprio Procurador Geral do Estado, sobre o qual se diz se fundamentar os argumentos dos técnicos do Governo; que coloca no condicional a possibilidade de se fazer o canal, que tira o "corpo fora", Deputado Alborghetti o próprio Procurador do Estado para não se comprometer com essa questão.

Então, temos convicção de que essa obra, pelo menos na questão da licitação ela precisa ser embargada para que se realize uma licitação, para que a obra, se for feita, seja por um menor preço, sem trazer prejuízo ao povo do Paraná.

Mas diante as declarações do Governador Jaime Lerner, viemos aqui em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores fazer uma solicitação aos Deputados da Bancada do Governo. O Governador Jaime Lerner declarou em entrevista coletiva à imprensa do Paraná ontem que ele não sabia de nenhuma irregularidade, mas que ia analisar a questão e se ele constatasse as irregularidades que denunciemos ele mesmo embargaria as obras do canal extravasor realizando uma licitação. Pois solicitamos ao Líder do Governo e a Bancada do PDT particularmente que levem essa solicitação ao Governador do Estado, que se analise as denúncias que fizemos, as questões que o PT está levantando e o próprio processo do Executivo que tenha clareza. Não tem nenhum cabimento realizar essa obra sem licitação.

Dessa forma o Governo poderá inclusive repensar o próprio caráter, a questão técnica que envolve esta obra para não começar de forma tão desastrosa o seu Governo.

Então, hoje subimos a esta tribuna para solicitar à Bancada do Governo que realize, a bem do povo do Paraná, esse recuo e, embargue, por solicitação do próprio Governador do Estado, a obra; que se rea-

lize uma licitação, e que se utilize esse tempo para se analisar com mais rigor as sérias questões ambientais que envolvem a obra do canal extravasor do Rio Iguaçu.

Durante esse período de longo aprendizado, apesar de eu ser engenheiro, professor de Biologia na Universidade de Ponta Grossa, nós ficamos sabendo também de outras obras que envolvem o Município de Curitiba, canalização de rios secundários da bacia do rio Iguaçu, retificação de leito, que vem trazendo ao longo do tempo gravíssimos problemas de enchentes, ao ponto de representantes de entidades ambientais nos dizer que alertaram há alguns meses antes a população de Curitiba, a retificação do canal vai resultar em enchente em tal local, um ano depois a enchente acontecia. Fizemos isso, pela segunda vez e se repetia o prognóstico.

Então parece que é uma tradição na Prefeitura de Curitiba e de alguns técnicos do Governo, de empurrar a enchente com a barriga, ou seja, resolver o problema da enchente amontante e agravar o problema da enchente ajuzante.

Nos alertaram também estes representantes de entidades dos graves problemas que podem acontecer no trecho ajuzante do Rio Iguaçu, em cidades como União da Vitória e outras cidades, porque é claro, o canal faz com que a velocidade da água aumente e provoque uma enchente muito maior ajuzante, podendo trazer sérios prejuízos.

Então fazemos esse apelo, em nome da Bancada do PT, essa solicitação, e amanhã estaremos com a representação junto ao Ministério Público, mas esperamos que o Governo recue, enquanto é tempo, antes de termos uma ação popular. Vamos fazer isso, na quinta-feira temos a minuta desta ação, para entrar na Justiça em Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É muito importante que nós estejamos na Tribuna, no dia de hoje, após o pronunciamento dos companheiros Nelson Tureck, Luiz Carlos Alborghetti e do aparte do Deputado Cezar Silvestri.

E nossa vinda à tribuna, no dia de hoje, era nossa intenção até ocupar o Grande Expediente, mas como o Deputado Florisvaldo Fier já havia se inscrito, nós vamos, mesmo no Pequeno Expediente, manifestar o nosso pensamento, a respeito daquilo que vem acontecendo no Brasil, em termos de setor agropecuário.

Quero divergir, um pouco, do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, porque entendo, nestes 12 anos que estou aqui na Assem-

bléia, nos outros 3 em que estive como médico veterinário da ACARPA, e nos outros 25 em que estive como filho de um agricultor, portanto nestes 42 anos de vida que tenho, sempre ligado ao meio rural, quero divergir do Deputado com referência ao comportamento dos Parlamentares em favor apenas dos grandes produtores rurais.

Estive em Brasília, nestes 12 anos, talvez umas 20 vezes, em movimentos e reuniões ligados ao setor produtivo, e em todas elas nós sempre presenciamos manifestações e comportamentos, que merecem elogios de nossa parte de Parlamentares e lideranças ligadas ao setor produtivo deste país, que visavam atender aos anseios, as necessidades dos pequenos agricultores.

Que há discriminação, eu tenho certeza que tem, dos bancos tem, como também há discriminação de qualquer segmento da sociedade se for um grande industrial, um médio industrial ou um pequeno industrial ou comerciante, ou dono de boteco que vende um copo de pinga a quem lá vai.

Como também, numa determinada empresa, seja de grande ou pequeno porte, muitas vezes o funcionário mais qualificado, o médico, o advogado, tenha privilégios maiores para conversar com o diretor da empresa do que a pessoa que faz o cafezinho ou limpa o chão da empresa.

Então este comportamento diferenciado existe e ele é fruto justamente da segmentação social das diversas camadas sociais que existem, onde também a discriminação impera.

Mas quero concordar tanto com o Turck, com o Silvestri e até com o Alborghetti, que vivemos um momento especial, e até, neste sentido, protocolei um requerimento à Mesa para que votemos aqui aplausos e congratulações aos nossos Deputados Federais e Senadores, pela coragem e pela ousadia que tiveram na última semana, de derrubar o veto imposto pelo Presidente Itamar Franco à lei que criou a Unidade Real de Valores, que criou o Plano Real e que estabelecia num dos seus artigos que foi posteriormente vetado pelo Itamar Franco, que o crédito rural seria corrigido dentro da mesma sistemática de correção dos preços mínimos.

Portanto, se os preços mínimos não foram corrigidos desde julho de 94, desde que começou o Plano Real, não poderiam também os financiamentos agrícolas serem corrigidos.

Isto, nobres companheiros, é a lei, é a lei que foi escrita, negociada, articulada pelo Congresso anterior inclusive, com a participação nada mais, nada menos, com a participação do atual Presidente da República e aí eu quero discordar do companheiro Alborghetti, porque o Fernando

Henrique Cardoso, hoje Presidente da República, era Ministro da Fazenda do Itamar Franco, o Pedro Malan, hoje Ministro da Fazenda, era o Diretor do Banco Central.

Portanto, esse pessoal diferente do que aqui no Paraná, onde o Jaime Lerner e sua equipe assumiram efetivamente no mês de janeiro, não estavam no governo até 31 de dezembro, lá em Brasília, o Fernando Henrique, o Pedro Malan, o José Serra, o Gimenez de tristes memórias de reuniões.

Fomos lá, uma vez liderados por Osmar Dias, que havia entregue para ele aqui numa exposição do Paraná e 30 dias depois, na presença de pelo menos uns 15 líderes rurais, numa reunião lá em Brasília, quando o Ministro, se não me falha a memória, era Ernani Galveas, 30 dias depois ele disse que não se lembrava do documento, que não tinha lido, portanto, não tinha o que responder às lideranças agrícolas do Paraná.

Então o Gimenez que está lá no banco do Brasil, o Malan, o Fernando Henrique, o José Serra, todo esse pessoal participava do governo Itamar Franco que negociou, através do seu Ministro Sinval Guazeli, através das lideranças no Congresso, a aprovação do Plano Real, idealizado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, onde constava que os créditos rurais seriam corrigidos da mesma forma e da mesma maneira como o preço mínimo.

Portanto, nada de se assustar, nada de se cortar os pulsos, nada de querer ameaçar com o corte do financiamento agrícola, quando os Deputados Federais e Senadores, numa demonstração de brasilidade, de coragem, de independência do parlamento, fazem valer a lei que lá atrás foi negociada e é isso o que as lideranças do setor produtivo estão a exigir no Brasil, e nós já entregamos a cada um de vocês o documento, fruto da reunião que tivemos na CNA em Brasília, quando lá estava também o Doutor D. Carlos de Deus, Presidente da OCEPAR e lideranças de todo o Brasil.

A primeira questão abordada, o primeiro item requerido pelas lideranças rurais: "que se cumpra a lei", a lei do preço mínimo, a lei das importações, a lei do financiamento agrícola, "Que se cumpra a lei" e foi isso o que fizeram os nossos Deputados Federais e Senadores.

Fizeram com que a lei fosse cumprida.

Por essa razão Senhor Presidente, é que estamos propondo um voto de congratulações aos Deputados Federais e Senadores que neste momento, se colocaram ao lado dos produtores rurais e que em outros momentos lutaram para que o crédito rural fosse diferenciado e que o pequeno produtor tivesse o crédito de equivalência também no Banco do Brasil.

Lutas como aquela nossa que começaram

Curitiba, terça, em 11.04.95

há muitos anos aqui na Assembléia, para ser implantado no Paraná um programa com equivalência-produto como foi o "Panela Cheia" e foi por isso que reagimos quando se anunciava o fim do "Panela Cheia", e posteriormente, foi dito pelo Presidente Favet, pelo Secretário da Agricultura, que o programa "Panela Cheia", este sim, também em favor do pequeno agricultor, permanecerá financiando nesse momento, apenas o custeio das suas lavouras.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu como coordenador e Presidente do Bloco Agropecuário peço que votemos esse requerimento de aplausos e congratulações aos Deputados Federais pela derrubada da TR, que num determinado momento pode até beneficiar grandes produtores, mas com certeza assegurará e dará tranquilidade aos pequenos agricultores que poderão plantar as suas lavouras e ter o seu financiamento corrigido pela mesma sistemática do preço mínimo ou então pela variação do produto que for estabelecido como equivalência.

Aproveito esse momento para convidar a todos e anunciar que no próximo dia 18 durante a sessão Plenária, durante o Pequeno e Grande expediente aqui estarão as lideranças do setor produtivo do Paraná, coordenados pelo Presidente da OCEPAR, Doutor Duque Carlos de Deus, que em conversa com o Presidente Anibal Khury através da nossa pessoa e de outros Parlamentares, ajustou para vir aqui dar aos Senhores Parlamentares, não àqueles que integram o Bloco Agro-Pecuário e a Comissão de Agricultura, mas a todos os Parlamentares, fazer aqui um relato através da OCEPAR, da FAFP, da FETARP, em fim, da CONAB, para dizer das questões de armazenagem como está, para que todos possamos saber a realidade dos fatos vivida hoje no Estado do Paraná.

Portanto, na próxima terça-feira, o Presidente Anibal Khury já nos autorizou a anunciar aos Senhores Deputados que nós teremos aqui as lideranças do setor produtivo para no Pequeno e Grande Expediente relatar aos Senhores Deputados e debater com os Senhores Deputados, a situação da agricultura paranaense.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a essa Tribuna nessa tarde apresentar um Projeto de Lei de minha autoria que estamos dando entrada nesta Casa.

É o Projeto que visa trazer ao Governo do Paraná recursos para que a gente possa ao ver o Governador do Estado, o Secretário

da Fazenda na televisão, nos jornais e nas rádios a se lamentarem da falta de recursos para investimentos não se possa acusar que a Oposição esteja aqui nesta Casa criando dificuldades, ao contrário, queremos dar ao Governo, instrumentos para que ele possa colocar em prática o programa de Governo para o qual ele foi eleito.

Nós todos temos assistido e visto com frequência, Deputado Alborghetti, as televisões do Paraná não inundadas de comerciais das empresas que comercializam essa modalidade nova de jogo que é o bingo.

São verdadeiros cassinos que se instalaram em todo o estado do Paraná, e chegou o momento, porque após o Congresso Nacional através de uma legislação específica ter na verdade instituído esse sistema de modalidade de sorteio no País inteiro que é a Lei Zico, esta própria casa regulamentou através de uma Lei, o funcionamento dos bingos do Paraná, chegou o momento, é claro, de cessarmos a imunidade tributária que essas empresas estão tendo por um lapso até da Lei, e hoje nós estamos verificando que grandes receitas estão sendo geradas e o Estado não tem controle algum sobre a receita, e pior que isso, não recebe como em qualquer atividade formal a sua parte que é da sua arrecadação tributária.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos apresentando um Projeto de Lei que regulamenta a cobrança do ICMS para a modalidade das empresas que comercializam cartelas com sorteios ou similares.

É através, na verdade, desse instrumento de alteração de um item da Lei que regulamenta o ICMS que nós estamos propondo a cobrança de uma alíquota de 7% de ICMS para que as empresas e clubes que hoje fazem a promoção desses bingos pelo Paraná, as empresas grandes que estão instaladas, elas possam na verdade dar a sua contribuição para o nosso Estado e especialmente para que o Governo do Paraná possa bem aplicar os recursos que serão na verdade conseguidos pela tarifa, pelo imposto de 7% de ICMS.

Por isso tenho certeza que o Senhor Presidente e os Senhores Deputados apoiarão este Projeto, porque é um Projeto justo que vai fazer com que o setor da economia que está hoje imune na cobrança tributária no plano estadual e municipal, ele possa na verdade dar a sua contribuição para o desenvolvimento das políticas sociais do Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, eu também gostaria de usar este espaço para fazer algumas colocações no que diz respeito a situação em que vive a agricultura do nosso país.

Ouvimos atentamente os pronunciamentos do Nelson Tureck, Alborghetti, Cezar Silvestri e do Deputado Orlando Pessuti. A agricultura na verdade vive momentos difíceis e não são de agora. Esta crise que atravessa a agricultura já vem se alastrando há muitos anos. Só que chegou neste momento em que nós vivemos uma estabilidade na economia do nosso País, no momento em que a agricultura, principalmente a nossa do Paraná colheu a sua maior safra dos últimos anos, mas chegou com isto também o momento em que os financiamentos tiveram a sua correção em quase 30% e os preços do nosso agricultor não tiveram a mesma correção. Quem não se lembra de 1994 quando o Congresso Nacional aprovou a lei extinguindo a TR.

A imprensa toda tem noticiado que isto traria um rombo de 98 bilhões de dólares para o Banco do Brasil e por que não dizer para o Governo. Para surpresa nossa as mesmas pessoas que em 94 alegaram um rombo de 98 bilhões de dólares que esse projeto traria para o Governo, alegaram quando o congresso derrubou o Veto do Presidente Itamar Franco, que o rombo seria de 3 bilhões de dólares. O projeto é o mesmo. Alguém coisa de errado existiu então pelos cálculos dos técnicos, porque reduzir de 98 bilhões para 3 bilhões, alguma coisa deveria estar errada.

Agora, nós já vimos esta semana por alguns Deputados dizer que o rombo, a diferença da TR, se ela seria cobrada ou não cobrada sobre os financiamentos já efetuados, não chegaria a 2 bilhões de dólares.

E assistimos hoje na imprensa e lemos também que esta diferença chegaria a algo em torno de 7 bilhões de dólares. Na verdade ninguém sabe o que de fato tem acontecido. Mas nós queremos registrar e foi muito feliz o Deputado Orlando Pessuti quando ocupava a Tribuna e dizia do envio de um voto de congratulações para os Deputados, Senadores, que derrubaram o Veto Presidencial. O Congresso realmente demonstrou para o Brasil que ele sabe o que quer e acima de tudo sabe para quem valorizar. O Governo tem que incentivar a produção. E para incentivar a produção só existem dois setores. Ou nós incentivamos a agricultura ou nós incentivamos a indústria. E a agricultura sem sombra de dúvida, é a maior indústria que oferece a mão-de-obra no nosso País, é no grande, é no médio, é no pequeno e é no mínimo.

Ouvimos atentamente todos os pronunciamentos na Sessão de hoje, como ouvimos também o pronunciamento do nosso compa-

nheiro, amigo, particular, Alborghetti. Sei que o Alborghetti de forma nenhuma quis dizer que existe discriminação na liberação de recursos para o pequeno e para o grande. Pode haver discriminação no atendimento para o agricultor, mas não nos recursos. Desconhecemos que isso exista. Agora, nós também devemos registrar, a Bancada Ruralista no Congresso Nacional, e entre ela são duzentos e quatorze Deputados Federais que têm propriedade rural. E o que eles fizeram no dia de ontem foi exatamente tomar algumas regras e orientar o Congresso e o Governo daquilo que é necessário fazer. Instituir um juro fixo de 14% sobre financiamento, sem correção nenhuma; e que prevaleça a lei de 6% de juro para o pequeno e para o mini-agricultor sem correção. Com essa medida, os ruralistas e o Congresso Nacional, não está defendendo os grandes, está defendendo todos, e privilegiando sim o pequeno e o mini-agricultor.

E acho que isso tem que ser registrado. E dentro dos ruralistas do Congresso Nacional nós podemos registrar que existem muitos paranaenses, entre eles o Deputado Werner Wanderer que foi quatro vezes Deputado Estadual aqui na Assembléia Legislativa, com quem eu tenho dobrado, e é Deputado da minha cidade, entre tantos outros Deputados, do PMDB, do PT, do PFL, do PSDB, do PDT, de todos os partidos que compõem o Congresso Nacional. É isso que tem que ser registrado.

E o que é que precisa o Governo Federal? Precisa sim, uma definição e uma lei agrícola clara e definida. E a lei agrícola tem que ser resumida por diversos setores, por exemplo, recursos, armazenamento, taxas de importações para os alimentos. É isso que o Governo precisa. Temos os preços mínimos hoje, mas que infelizmente o Governo não cumpre. Temos uma super estocagem, e a imprensa tem mostrado agora recentemente que nos Estados de Mato Grosso, de Goiás, suspenderam a colheita do milho porque existe milho estocado há mais de cinco anos. Isso é lamentável que aconteça num País igual ao nosso, basta que o Governo defina claramente a regra do jogo, mas que o Governo acima de tudo seja a primeira pessoa a cumpri-la.

Sabemos que o Fernando Henrique Cardoso tem um compromisso com a agricultura, porque nós acompanhamos Fernando Henrique Cardoso quando esteve no Paraná, mais precisamente no Oeste do Paraná, acompanhamos Fernando Henrique Cardoso desde Cascavel até Foz do Iguaçu pela rodovia 277, paramos em todas as cidades, e o Fernando Henrique Cardoso disse que ele iria acabar com a TR. Isso foi um compromisso assumido em campanha, e o Governo deverá cumpri-la.

Sabemos das dificuldades que existem no Governo Federal e em todos os Governos, mas não podemos esquecer que a agricultura vive um dos momentos mais difíceis e mais terríveis da sua história. E neste momento, Alborghetti, é neste momento meus caros Deputados que o Governo tem que estender a mão para quem produz e para quem trabalha. E quem produz e quem trabalha é o mini, é o médio, é o pequeno e é o grande agricultor, cada um dentro da sua escala, os manuais, e até com os maquinários; são os grandes fazendeiros, e o mini e o pequeno trabalhador, são essas pessoas que nós devemos recorrer. Gostaria ainda nesta Sessão de hoje, e eu ocupo neste momento Sr. Presidente o horário da Liderança do PFL. Gostaria também de registrar outro acontecimento que ocorreu no dia de ontem também em Brasília. Recentemente o Ministro Reinhold Stephanes da Previdência, foi o alvo de críticas, aqui na Assembléia e em outros setores também. E ontem, todos nós acompanhamos, as negociações que houveram, envolvendo todos os segmentos da sociedade, classes trabalhadoras, empresários e o Governo, aonde foi definido que, a partir de 1º de maio o salário mínimo passe a vigorar com 100 reais.

Isso deve ser enaltecido, deve ser dada atenção e deve ser reconhecido o trabalho de nosso Ministro, Reinhold Stephanes, do Paraná, que foi um dos articuladores, que encontrou exatamente um ponto de equilíbrio para que isso efetivamente pudesse ser concretizado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa.

Gostaria, hoje, de usar a Tribuna para falar exatamente sobre um assunto polêmico, que só se vê o PT falar aqui. Como se nós que somos do Governo, ou pelo menos Deputados que apoiamos o Governo, ficamos quietos, sem dizer nada, apenas observando, como se tivéssemos medo de falar alguma coisa.

Mas eu bem me lembro que no início desse ano, quando eu chegava a Curitiba, para tomar conhecimento dos trabalhos como Deputado, eu ligava o rádio e insistentemente ouvia apelos de comunicadores, de radialistas, companheiros nossos da imprensa que com seus repórteres postados naquele local chamado de canal extravasor, lá estavam milhares de famílias desabrigadas, famílias que não tinham para onde ir, famílias que deixavam suas casas porque a água estava tomando conta de suas residências. E eu acompanhava atentamente os companheiros de rádio fazendo aquele apelo,

direto, tocante, pedindo para as pessoas que ajudassem. - "Doe um colchão, doe um fogão!" Vi senhoras chorando nos microfones das rádios aqui de Curitiba. Aquilo me deixou bastante sensibilizado, porque é o que eu tenho feito no rádio sempre ajudando a quem precisa.

Mas eu estranhei, na sequência, que neste dia, diante de todas as emissoras de rádio que lá falavam, eu não vi nenhum membro do Partido dos Trabalhadores! Não vi nenhum membro do PT ajudar esse pessoal! Levar uma cama, um colchão, um remédio, não vi! Vi os radialistas pedindo ajuda. E a população de Curitiba ajudando, colaborando... Estranhei que não vi os membros do PT!

De repente, vejo aqui na Assembléia, os Senhores Deputados, nobres companheiro Péricles, de Ponta Grossa, dizer que o Governo estaria fazendo uma obra sem concorrência, quase que ilegal! A gente até ficava um pouco estranho vendo aqui o nobre companheiro Péricles dizer que o Governador fez tudo sem concorrência, que o Governador fez porque quis, podia ter esperado. Esperado o quê? Uma nova cheia, como pode acontecer a qualquer momento. Será que é isto o que querem, será que é isso o que o Governador deveria fazer, esperar acontecer uma nova cheia para que aí se dissesse: "Esse governo é um governo irresponsável!!". Que engraçado! Tão logo começou o governo Lerner, vieram sindicalistas e não os vi lá naquele dia, na rádio também.

Vi os sindicalistas aqui pedindo aumento de salário, dizendo que o governo tem que ser rápido, que o Governo tem que agir, tem que fazer, mas não os vi ajudando o povo lá. Não vi, não vi nenhuma bandeira. Vi a bandeira dos radialistas, corajosos, ajudando a população e o Governador que foi lá pessoalmente e iniciou uma obra rápida e eficiente.

Agora se estranha, quando se levanta o fato de que a obra não está ilegal. Se o Governador não fizesse, agiu como deveria agir, o que é que iam dizer do Governador? "Ah! Foi um irresponsável, esse governo não faz nada para o povo". Quando foi para aumentar o salário, todo o mundo queria aumento. A oposição se uniu. Queria 25%. "Não, o governo tem que agir, já está 90 dias no poder, tem que trabalhar, o governo tem que dar aumento". Como é que aí queriam aumento, rapidez e lá na obra não queriam rapidez?

Então é isso o que queria colocar, Senhor Presidente e gostei muito de uma frase do Governador ontem. Não conheço muito o Governador, porque nunca morei em Curitiba. Conheço por aquilo que a gente vê pelo rádio, pela televisão e pelas pessoas que aqui residem em Curitiba, como um

As melhores prefeituras que essa cidade já teve.

Ouvi o Governador dizer ontem, no Palácio, alegre, feliz. Não ouvi ninguém dizer "parabéns, Governador, o Senhor esteve no exterior, o Senhor foi levar a imagem nova do Paraná Governador, o Senhor está trazendo novas empresas para o Paraná, Governador". Não vi ninguém dizer isso. Vi outro dia alguém questionar o Governador: "o que é que o Governador vai fazer no exterior? Será que vai passear?" Vi ontem o Governador animado, faceiro, como diz o ditado, lá no Rio Grande do Sul: "Mais faceiro do que ganso em taipa de açude"!

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Só gostaria de saber, como o tempo do Pequeno Expediente já acabou, se o Deputado está falando pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, está encerrado o horário. Vossa Excelência fala pela Liderança?

O SR. JOCELITO CANTO - Tenho diversas lideranças para falar aqui, Senhor Presidente, PPR, PSC, que é pequeno, mas dispõe, pelo menos, um tempo na semana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Horário das Lideranças no Pequeno Expediente, é de 30 minutos. Quando não há oradores, toleramos que os partidos transfiram o seu horário, mas estamos com os 30 minutos encerrados. Concedo mais um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. EMERSON NERONE - Obrigado pelo encaminhamento.

O SR. JOCELITO CANTO - Gostaria de deixar esses questionamentos no ar. Acreditei muito no que o Governador disse ontem, muito sorridente, alegre, feliz, quando disse: "Neste Governo, não haverá escândalo". "Esse Governo não vai ser marcado por escândalos". Vamos esperar os esclarecimentos que o líder do Governo trará a esta Casa nos próximos dias, para ver o que os técnicos têm a dizer, mas eu acho que ainda é muito cedo para qualquer análise em cima disso que está se comentando, mas eu gostaria de deixar registrado aqui que não vi Vossa Excelência, naquele dia em que as famílias precisavam de ajuda, não vi sua pessoa lá e não vi nenhuma bandeira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada o Deputado Élio Rusch daquela Tribuna falou a respeito da visita do Secretário de Saúde para a região Oeste no nosso Estado, e naquela ocasião eu fiz um aparte e disse ao Sr. Deputado que entraria com um requerimento pedindo uma auditoria administrativa e contábil no Hospital Regional de Cascavel.

Pois bem Srs. Deputados, esse requerimento está na Mesa e eu justifico a razão dele. No Diário Oficial do Estado do Paraná de 24 de novembro de 1994 traz publicado o Decreto 4.297 na qual coloca aquele Hospital sob a administração da Universidade Estadual do Oeste, a UNIOESTE.

Primeira questão: deve se levantar dúvidas sobre a legalidade desse Decreto uma vez o Instituto de Saúde do Estado o ISEC é uma autarquia e para mudar administrativamente como autarquia é através de Projeto de Lei e não por decreto governamental, assim nós entendemos e assim não foi feito, portanto é questionável aquele Decreto.

Em recente visita àquela região o Secretário de Saúde declarou que aquele Hospital vai passar agora a ser gerenciado pela Associação dos Municípios do Oeste, junto com a UNIOESTE e mais o Instituto de Saúde. Acho que são decisões importantes de serem tomadas, e se são importantes deve ter algumas premissas. A primeira premissa, ao se decidir a respeito da administração desse Hospital é que ele deve ser discutido principalmente com a população da região, ou seja, os conselhos municipais de saúde, e no mínimo no Conselho Estadual de Saúde, Lei aprovada por essa Casa na Legislatura passada, conselho já constituído, isto não foi feito.

Queremos dizer que ao tomar essa decisão a segunda premissa, entendo que é necessário que se passe a limpo o que houve naquele Hospital durante toda sua história de existência. E aqui vou levantar algumas questões: o Hospital teve início a sua construção em 1977, teve seguidas paralisações, sempre retomadas em períodos eleitorais, e doze anos depois é que foi concluída esta obra. Antes de um ano de conclusão da obra surgiram denúncias na imprensa local, no Jornal O Paraná que dizia que a compra do material tinha sido de maneira irregular.

Informava a matéria que muito do material comprado tinha sido super-faturado, e fomos verificar quais foram as empresas que forneceram material permanente e de consumo para aquele Hospital, a Treice, a mesma que forneceu o material de Israel para o Quêrcia, que está na Justiça até hoje, a Saineu da qual fez parte de duas CPIs nesta Casa na área de saúde, e as Lo-

ias do Pedro que teve CPI aqui e no Congresso Nacional.

Portanto, não são empresas consideradas no meio político como idôneas uma vez que tem suspeição sobre todas elas.

Algumas dessas informações têm que ser corretas, tanto é que recebi documentação e anexó no requerimento os preços dos materiais comprados na época. No dia 29 de agosto de 92 foi realizada uma reunião em Cascavel para discutir a situação do Hospital e ali chegou-se a quatro pontos importantes.

O primeiro deles é que o Hospital Regional é de caráter público, queremos chamar a atenção para isto. Este Hospital que definiu-se como de caráter público jamais atendeu como devia com qualidade e em quantidade suficiente o público daquela região, prejudicando todos os municípios daquela região, de Cascavel, de Marechal Cândido Rondon, Assis, Medianeira, Toledo, enfim, todos aqueles municípios regionais da região oeste, não tinha como referência secundária o Hospital Regional.

E mais: hoje, após ter elaborado esse requerimento recebi no meu gabinete e amanhã trarei para anexar denúncias de cobrança feita pelo Hospital Público para atendimento de pacientes, inclusive com cópias xerox de recibos. Isto este caráter público não foi atendido.

O segundo ponto: que há necessidade de contratações de pessoal a curto prazo. Esse pessoal, o Estado, o ISEPE (?) jamais fez algum concurso após essa data para atender essa necessidade de pessoal. Daqui a pouco vou dizer, inclusive, vou dizer como agiu a respeito disto.

O terceiro ponto: a reestruturação do Conselho Comunitário com a participação de entidades da sociedade civil.

O quarto: que a administração do Hospital Regional pelo Estado, em co-gestão com o Conselho Comunitário fosse feito por um profissional com conhecimento em administração hospitalar, sem vínculo com o corpo clínico e dedicação integral. Este quarto ponto não foi cumprido. Continuou o mesmo administrador que continua até hoje mesmo na nova gestão, na nova administração do Paraná, não mudou administrador que há anos ocupa lá.

No Geral podemos dizer que estas propostas não foram implementadas. O Secretário de Saúde na época, Doutor Nizan Pereira Almeida, não acatou as deliberações e nomeou o Prefeito de Cascavel, Fidelcino Tolentino, como Presidente do Conselho e este por sua vez nomeou o farmacêutico Álvaro Largura, que abandonou o cargo assumindo seu vice-Presidente, Senhor Marcos Vinícius, Diretor da UNIOESTE. O Marcos Vinícius num dos primeiros atos, ao assumir, nomeou sua esposa, Taís Mattioli Pi-

res de Souza, o que caracteriza nepotismo, e nomeou Vânia Moreira de Camargo, esposa de um dos Diretores Administrativos para trabalhar no hospital. E segundo informações que tive essas pessoas não compareciam ao serviço. Eram fantasmas dentro do Hospital Regional de Cascavel.

As verbas que chegavam, que chegaram ou chegaram ao hospital ficaria por conta do Conselho Comunitário aplicá-las. Só que nunca foi prestado contas à sociedade civil de como era aplicada esta verba e aí há uma série de acusações de irregularidades no que diz respeito a aplicação dessas verbas.

Sem dinheiro e sem funcionários o Conselho passou a contratar por CLT e não por concurso público. Aí começou a contratar os apaniguados ou aqueles que estavam próximos sem abrir a concorrência pública de qualquer cidadão que desejasse ali trabalhar, inclusive já com pareceres contrários de órgãos judiciais que o Conselho não tem este poder de contratação de pessoal por CLT e deve ser por concurso e não foi feito.

Em 1992, a Folha de Londrina trouxe uma matéria dizendo que o hospital consumiu 10 milhões de dólares, foi apresentado como hospital modelo e naquela época, julho de 92, já tinha perdido um terço de seus funcionários e já tinha trinta e seis leitos desativados, ou seja, administrativamente o hospital, por fruto de má administração, por fruto do não investimento, começou a perder o seu quadro funcional.

Em abril de 92 a Folha também informou que o hospital é um dos mais equipados, mas está sendo desestruturado. Diz que naquela ocasião dos onze leitos do berçário patológico para recém-nascidos, dez estavam ocupados por bebês, e havia apenas uma enfermeira para atender dez recém-nascidos patológicos. Se fossem recém-nascidos normais já era questionável, e sendo patológicos significa insuficiência.

Atualmente encontra-se em construção a área de obstetrícia, a outra ala, aliás, a de obstetrícia por muito tempo permaneceu fechada, sem atendimento, inclusive uma das oportunidades que visitei aquele hospital, constatei que ela estava fechada para favorecimento do setor privado daquela cidade.

No dia 23 de setembro de 94 o sindicato da saúde enviou ao ex-Secretário, Doutor Jackson Baduí, um documento denunciando algumas irregularidades, e entre essas irregularidades acusava a formação de caixa-dois entre os médicos que lá trabalhavam. Essas questões são sérias, e entendendo que, para aquele hospital passar a exercer realmente a função para a qual ele foi criado, para a qual ele foi estru-

turado, é necessário que se passe a limpo no que diz respeito a parte financeira, no que diz respeito a parte funcional, ou seja, os seus servidores; e no que diz respeito a parte administrativa.

Fizemos um requerimento, e nesse requerimento pedimos que a Secretaria de Estado faça uma auditoria e que dê a conhecer passo a passo dessa auditoria ao Conselho Estadual de Saúde. E que tal auditoria seja acompanhada por um Deputado desta Casa, membro da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Não podemos permitir que investimentos públicos sejam mal usados e, quando usado, para favorecimento de alguns setores da sociedade, mas justamente daqueles setores que não têm necessidade de investimento público. E a população, que mais necessita, não tem acesso a esse atendimento.

Uma outra ocasião que visitei aquele hospital, presenciei um cidadão que chegou no banco de sangue dizendo que estava lá para doar sangue, e no entanto o médico deveria estar lá de plantão para examiná-lo, para ver a sua situação física de saúde, se podia doar o sangue ou não. Esse médico não estava e esse cidadão era de um município vizinho a Cascavel, dizendo que ele não poderia voltar em outro horário. Inclusive fiz questão de registrar este fato no livro de ocorrências daquele hospital naquele momento em que eu mesmo presenciei.

Portanto, as irregularidades, os indícios de irregularidades, são muitos e não podemos permitir que isso persista, não podemos permitir que um hospital do porte do Hospital Regional de Cascavel seja sucateado, ou seja mal usado, enquanto a população anda nesse município batendo de cidade em cidade, de hospital em hospital atrás de médico e sem ter atendimento.

Então é nesse sentido é que peço a aprovação deste Requerimento.

Solicito aos Senhores Deputados que votem favorável nosso pedido, porque estaremos somente construindo, somente pedindo para que seja feita uma auditoria, que entendemos como necessário para que possamos fazer daquele hospital, já que ele é um dos mais equipados, o hospital público modelo, no atendimento da população, e que tal hospital garanta o direito da cidadania, estabelecido no artigo 196, da nossa Constituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores presentes nesta Casa hoje, o nobre Deputado Jocelito saiu, depois de ter falado duramente contra o Partido dos Trabalhadores, mas não tem problema. Só gostaria de lembrar ao Deputado Jocelito Canto e ele não estava aqui ontem, ou se estava ontem às 11 horas da manhã havia sido prometido pela Liderança do Governo que o IAP, a COMEC e a SUCEAM estariam aqui na Assembleia Legislativa para explicar os problemas do canal extravasor do Rio Iguaçu. Como estas entidades não tinham condições, porque não se explica o inexplicável, o Governador do Estado do Paraná, na pessoa do Governador Jaime Lerner, convocou a sua Bancada de defesa, seus Deputados, e escolheu, na pessoa do Deputado Jocelito Canto, para caracterizar uma disputa regional, de Ponta Grossa, a defesa, em contrapartida dos ataques do PT, na pessoa do Deputado Péricles, que está levando à frente as denúncias do canal extravasor.

Concedo o aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Romanelli - Deputado Nerone, ouço o seu protesto em relação a postura do Deputado Jocelito. E realmente surpreend-me, cada vez mais e a cada dia mais com o Deputado Jocelito, pelas posições inusitadas. Ele, recentemente, fez uma ampla defesa do Presidente da SANEPAR, sem nunca ter estado com o Presidente. E agora, para nossa surpresa, ele sobe a tribuna e substitui, em verdade, e me parece com absoluta incompetência, os técnicos da SUCEAM, da COMEC e também do IAP. E quer ele, na verdade, fazer com que a denúncia e o pedido de explicações que faz o Deputado Péricles, apoiado pela Bancada do PT, do PMDB e demais Parlamentares dessa Casa, que o Governo esclareça, de uma vez por todas, não apenas ter contratado uma obra sem licitação, mas fundamentalmente uma obra que está sendo questionada do ponto de vista de seu impacto ambiental e também do seu próprio projeto hidrológico, que não existe.

Por isso é muito estranho mesmo o Deputado Jocelito, coincidentemente também Deputado pela nossa bela cidade de Ponta Grossa, ser escalado pelo Governo para atacar e descredenciar a denúncia que muito apropriadamente faz o Deputado Péricles.

Gostaria de dizer aqui, como vice-líder do PMDB e integrante da Bancada do PMDB, estamos solidários ao Deputado Péricles, e queremos sim que o Deputado Jocelito possa esclarecer para esta Casa o significado do vernáculo extravasor.

Muito obrigado.

O SR. EMERSON NERONE - Concedo o aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Nerone, me cabe, neste momento aqui, fazer um esclarecimento a V.Exa. e até uma indagação a V.Exa.: de onde V.Exa. tirou esta informação, totalmente descabida, que o Governador escala Deputado para defendê-lo? A Bancada que está aqui toda ela tem a competência, tem o direito de falar e de defender o Governador, porque é esta Bancada que o elegeram, e é esta Bancada que reconhece as qualidades do Governador Jaime Lerner. Agora que foi escalado, não! Esse tipo de coisa que se utilizou muito aqui na Assembléia em governos passados, não se utilizará neste governo Jaime Lerner. Cada um tem a liberdade de subir àquela tribuna, tecer o seu ponto de vista, o seu pensamento em determinadas matérias, mesmo que não tenha sido escalado. Ninguém escalou ninguém.

Todos os Deputados dessa coligação, têm todo o direito e até o dever de subir àquela tribuna e falar em nome do Governador. Agora, ele foi escalado? Não, ele foi de livre e espontânea vontade. Aliás, foi depois que ouviu ontem o pronunciamento do Governador Jaime Lerner à imprensa e depois de uma reunião conosco, parlamentares, e viu na sinceridade do Governador a sua preocupação, o seu desejo de fazer esta obra dentro da legalidade e deixou bem claro que se houver algum erro, o responsável pagará por este erro.

Agora, rotular Deputados aqui, para defender o Governador, acho de uma tremenda irresponsabilidade. Tenho a certeza que V.Exa., como é um Deputado que está estreado nesta Casa, não pode às vezes, ir por algumas conversas que ouve nas fileiras da Bancada do lado de lá. V.Exa. tem inteligência suficiente, tem um procedimento correto nesta Casa e eu não poderia admitir e tenho o maior desejo que V.Exa. seja realmente um parlamentar como tem atuado até este momento, mas não se deixe levar por algumas informações que não são verdadeiras.

Um parlamentar, quando sobe à tribuna, fala com responsabilidade e acho que V.Exa. não pode se deixar levar por isso. Ninguém escalou ninguém. Se alguém aqui é escalado, é o Líder do Governo, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. EMERSON NERONE - A fonte é segura, Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Jocelito Canto - V.Exa. me concede aparte?

(Assentimento).

Dei uma saída até o gabinete mas disseram-me que o companheiro Romanelli teria

dito que fui escalado pelo Governador. Fiz esse pronunciamento, porque vi o Governador muito contente, feliz de voltar do exterior, mudando a imagem do Paraná, porque lá fora o Paraná tinha outra imagem de que aqui não se faz isso, que aqui não se faz aquilo e é por isso que voltei muito contente e é por isso que quando o Deputado voltou a falar sobre esse assunto, me senti no direito de dizer aquilo que penso sobre o governador.

Agora, conheço sim, Deputado Romanelli o Presidente da SANEPAR. Estive conversando duas vezes com ele, tratando de assuntos que o PMDB não resolveu em Carambeí, da água do povo, que vocês ficaram vários meses no governo e não fizeram...

O SR. EMERSON NERONE - Deputado Jocelito, gostaria de concluir.

Está no final, já que o assunto se desviou. Apenas gostaria de lembrar que ontem, eram aguardados por 15 Parlamentares, nesta Casa de Leis, às 11 horas da manhã, técnicos com conhecimentos de sobra para defender o Governador Jaime Lerner, técnicos do IAP, COMEC.

Esses técnicos não vieram, talvez pelo mau tempo, talvez pela chuva, talvez pelas enchentes, porque nessa época é costumeiro enchente aqui em Curitiba, talvez por outros motivos, mas não vieram.

Para concluir, a Bancada do PT gostaria de fazer uma alusão às bandeiras levantadas por V.Exa., que não foram vistas naqueles momentos. Primeiro, porque o Senhor não poderia ter visto mesmo as bandeiras, o Senhor estava em Ponta Grossa.

O Sr. Jocelito Canto - Não, eu estava ouvindo pelo rádio.

O SR. EMERSON NERONE - Pela rádio não dá para ver bandeira, as nossas bandeiras estavam defendendo a queda do regime militar em 1979. Estávamos lutando pela possibilidade de termos eleições diretas neste País em 1.983. Estávamos lutando pelo "impeachment" daquela farsa chamada Collor.

Nesse momento, Deputado, se a nossa bandeira estava em defesa do povo, a bandeira do seu partido estava com o regime militar, contra as "Diretas Já" e contra o "impeachment" do Governo Collor, é essa a diferença das nossas bandeiras, a minha bandeira tem peso de ouro.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças. Passa-se a Ordem do Dia.

O SR. ALGACI TÚLIO - Liderança do Governo.

Senhor Presidente, eu não iria utili-

zar, mas agora me sinto no dever.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Também vou usar, Senhor Presidente, na sequência do Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, solicito que V.Exa. dê a palavra à Liderança do PMDB e eu ocupo no meu Horário.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Reservo-me o direito se nós fomos atacado após ter passado o Horário da Liderança do Governo e ser concedido, reservo o direito de requerer o Horário do PMDB.

O SR. ALGACI TÚLIO - Que eu saiba, a Liderança do Governo é sempre a última a falar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa concede a palavra ao PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, para não ficarmos nesse vai e vem, apenas V.Exa. tinha anunciado a passagem do Horário da Liderança e estava entrando na Ordem do Dia. E a expressão do Deputado Algaci de dizer: "não ia falar mas agora vou falar me deu impressão que iria torpediar em cima de companheiros nossos e eu me reservaria o direito da defesa posterior.

O Sr. Algaci Túlio (Aparte) - Apenas iria subir à tribuna para justificar a ausência dos técnicos ontem, o que me cobrou o Deputado Nerone.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Isso acho válido, e é o dever de V.Exa., permanecemos aqui os Deputados aguardando a presença dos técnicos e eles não compareceram. E já que se fala no canal extravasor no momento oportuno pretendemos levantar nessa Casa uma discussão além da questão da falta de projeto, da falta de relatório de impacto ambiental, da falta de concorrência, levantaremos discussão a respeito de qual o sentido de execução de obra baseado em calamidade pública?

Juridicamente como se caracteriza calamidade pública, os efeitos gerados pela declaração de calamidade pública, quando ela começa e quando ela se extingue. A declaração de calamidade pública decretada em Curitiba se deu em razão da enchente, havia alagamento de áreas, de casas, famílias desabrigadas e com procedência se declarou calamidade pública naquele instante, trazendo todos os efeitos da declaração de calamidade. Agora, não se pode perder, prezados Srs. Deputados, a consciência do fato gerador de calamidade pública que é na minha avaliação a partir

do momento que a água voltou ao leito do rio não existe como se falar que nesse instante em Curitiba exista calamidade pública.

Sito um exemplo, o nobre Presidente desta Casa, Anibal Khury, conhece há muito tempo a tese de União da Vitória de que se houvesse uma detonação no rio logo após a cidade, que faz uma curva, fizesse um desvio, não teria pelo menos a gravidade das enchentes de União da Vitória.

E me pergunto, pode o Prefeito de União da Vitória a pretexto de ter existido no ano passado uma enchente em União da Vitória, pode ele, e foi declarado calamidade pública, pode ele hoje contratar uma empresa ou adquirir material baseado no fato da enchente passada ou na presunção da enchente futura. A minha avaliação de calamidade pública não é essa. Toda a restrição que se faz à compra por concorrência no Poder Público teria desabado, se nós num município que eventualmente tenha caído boeiro ou ponte por causa de uma enchente e decretássemos calamidade pública pudéssemos na sequência comprar ferro, cimento, tubos, vigas, sem concorrência pública, na presunção de que teríamos uma nova enchente no ano que vem. Este assunto, nobre Deputado Algaci, nós pretendemos discutí-lo sim, inclusive temos feito consultas a especialistas, e espero recebê-las para que nós possamos discutir aqui nesta Casa com os técnicos como se caracteriza calamidade pública e até onde ela entra em vigor, até onde ela vigora.

Pois não, Deputado Péricles.

O Sr. Péricles Mello - Interessante a sua colocação porque a pensar como pensa Jaime Lerner qualquer obra é emergência e não precisa licitação. Vamos supor o hospital, é evidente, se eu demorar um hospital seis meses ao invés de sete, muitas crianças vão deixar de morrer. Numa cidade não existe hospital.

Então, posso entender que qualquer hospital que se faça neste país por maior que seja se puder ser feito em seis meses não precisa licitação.

É uma tese completamente absurda a tese levantada. Mas nós vamos além. Mesmo que se entendesse essa tese absurda correta, o Governo fazendo licitação poderia terminar o Canal em menos tempo, bastava contratar mais dragas.

O Deputado Jocelito precisa saber que o raio de operação de uma draga é 50 metros. Se o Canal tem 13 quilômetros podem, teoricamente, trabalhar 260 dragas abrindo o Canal. Em quanto tempo demoraria para abrir o canal com 260 dragas? Um tempo mínimo. Muito obrigado, Deputado Caíto Quintana.

O Sr. José Maria Ferreira - Um aparte, Deputado Caíto?

(Assentimento)

Deputado Caíto, V.Exa. traz no resgate desta Casa uma questão de extrema importância que é a essência da questão, da urgência, da emergência, porque se não observarmos, se continuarmos dentro deste processo, daqui a uns dias nós vamos estar construindo hospitais, como afirma o Péricles, construindo delegacias, penitenciárias por há evasão de presos e aí vem com a justificativa de que é urgente, emergente, e aí então o Jocelito vai ter que defender lá daquela Tribuna a construção da penitenciária de Tamarana ou de outra região para que possa também não ter concorrência. Esta é uma questão que o Governo precisa se ater e esta Casa sobretudo precisa estar ativa na defesa da verdadeira aplicação e o respeito das leis, porque se for para fazer circo aí não adianta, aí o local tem que ser outro. Não aqui.

Muito obrigado, Caíto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para concluir, Sr.

Presidente, queria rebater uma colocação do Deputado Jocelito, por quem tenho muita estima, mas V. Exa. necessita dosar a emoção para não cometer injustiças contra governantes passados do Paraná.

Vejo sentado na tribuna, ao seu lado, o Deputado Beto Richa, filho do ex-Governador do Paraná, José Richa, vejo e o Paraná vê com orgulho, sempre mencionado, a figura de governantes como Jaime Canet Júnior, passando pelo Richa, mais recentemente, pelo Álvaro, pelo Requião, e foram governadores, graças a Deus, no nosso Estado, todos eles, todos os governadores do Paraná que construíram ao longo do tempo, ao curso do tempo, o conceito que o Paraná tem na Federação brasileira e o conceito que o Paraná tem em organismos internacionais. Os financiamentos e os programas executados no Paraná com recursos federais, com recursos internacionais sempre serviram em todos esses governos como modelo, modelo de aplicação.

Foi assim o Paraná Rural, foi assim o programa de agricultura do Estado do Paraná, todos eles e as portas para o Paraná internacionalmente sempre estiveram abertas porque desafio V.Exa. que nos mostre um atraso de pagamento de dívida do Paraná contratadas no exterior. Sempre executamos os programas, sempre serviram como modelo para todos. Os Bancos utilizaram. E aí, Deputado Algaci Túlio, a responsabilidade de V.Exa. como Líder do Governo, é que o Canal Extravisor será construído também com recursos advindos de organismos internacionais e se tivermos uma pendência não explicada, entendendo as razões, não venho

aqui para fazer uma crítica contundente, desnecessária, mas se prosperar uma ação como a do PT, encaminhada na justiça, pedindo o embargo da obra, pelos levantamentos e os posicionamentos que eu ouvi do Deputado Péricles, citando os dados da falta de projeto, de impacto ambiental, de licitação para a execução. Isso, indiscutivelmente, vai acabar lá no banco financiador de organismo internacional.

O Sr. Algaci Túlio - A exemplo do que está acontecendo com a SANEPAR, Deputado, está no banco dos réus do Banco Mundial.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Nobre Deputado, a SANEPAR fez um financiamento aqui no Estado do Paraná, que aliás obras que estão sendo executadas agora são exatamente daqueles recursos conseguidos naquela época. Não há nem sequer ainda nenhum tipo de necessidade de prestação de conta porque o recurso está sendo aplicado por este atual Governo.

O Sr. Joselito Canto - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Eu só gostaria de perguntar ao Nobre Deputado Caíto, porque a princípio quem deu a primeira canelada foi o Deputado Romanelli, eu dei a segunda, ele deu a primeira e eu dei a segunda. E quanto as cheias, e se o Governo não fizer, e amanhã tivermos uma nova calamidade? Porque eu acho que é calamidade sim o que vivemos ali em São José, ali naquela região, no canal. Acho que o que tivemos ali foi uma calamidade sim, a água já quase no telhado, para mim trata-se de uma calamidade pública.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado, me permita, o meu tempo está encerrando, retornar a palavra, eu lamentavelmente não lhe posso conceder. Deputado, entenda uma coisa, pelo amor de Deus, aqui ninguém é contra a construção do canal extravisor. É a forma, o que se discute é a execução do canal sem projetos, sem impacto ambiental e sem concorrência. Que houve uma enchente todos nós sabemos, que esta enchente poderá se repetir, talvez sim, talvez não.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Só queria fazer uma consideração. Acho que o Deputado Jocelito está confundindo as coisas, porque nessa Casa aqui tenho ouvido discussões entre a situação e a oposição, sempre elas, é claro, no mais alto nível. E o que nós pretendemos aqui, e todos nós fomos eleitos, é para vir aqui com argumentos, que são eles substancio-

sos, poder discutir idéias, projetos, programas que nós queremos para o Paraná. Acredito o seguinte, o senhor não pode ir à tribuna, de forma irresponsável fazer um ataque ao Deputado Péricles num assunto que o Senhor não conhece, e que o Deputado, com a maior profundidade, qualquer um aqui, eu, o Deputado Chab, qualquer um de Curitiba poderia estar falando sobre o canal extravasor. Eu não sei nem se o Senhor sabe o que significa extravasor, o vernáculo extravasor. Mas o Deputado Péricles um homem que conhece profundamente a área, é engenheiro, por isso que ele está, de forma muito apropriada, aprofundando essa discussão com o Governo no mais alto nível. Por isso é que o senhor tem que procurar se informar, estudar, e claro, aí sim poder intervir neste debate. Obrigado Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o Deputado e encerro aqui o pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, terminando o horário das Lideranças, a Liderança do Governo, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero inicialmente dizer da nossa satisfação de termos ontem recebido o Governador Jaime Lerner ao retorno da sua viagem, e senti no Governador um ar de tranquilidade, de satisfação, de felicidade, pelos contatos que fez Sua Excelência no exterior.

Não foi apenas uma viagem para feira, mas foi uma viagem de negócios. O Governador diz que os frutos da viagem começarão a ser sentidos nas próximas semanas. Duas empresas poderão se instalar no Estado do Paraná, pode ser Curitiba, pode ser região Metropolitana, o importante serão empresas que vão gerar impostos e mais mão-de-obra no Estado do Paraná.

O Governador fez contato também em Jerusalém na área do Meio Ambiente, algumas obras que poderão beneficiar o litoral do Estado do Paraná. E também falou o Governador do sucesso que foi a presença do Paraná na feira.

Foram mais de 600 empresários e não os grandes empresários, pequenos e médios empresários que foram, com dificuldades, mas foram lá, conhecer o avanço da indústria alemã e trazer para cá esta tecnologia e quem sabe trazer algumas empresas que possam fomentar mais a mão-de-obra e impostos para o Estado do Paraná.

Este Estado que, lamentavelmente, ficou aí, apenas em cima da questão da Agricultura porque o Paraná é um Estado essencialmente agrícola, não procurou outras possibilidades de arrecadações e es-

tamos hoje aí, apenas em cima disso.

Lamentando que se houver uma desgraça no Estado nós não temos nada de arrecadação porque ficamos somente em cima da Agricultura.

E o Governador o que é que ele quer fazer? Ele quer descobrir as potencialidades de cada cidade, de cada região do Estado, para fomentar mais indústrias, para transformar o produto que sai dos solos do Paraná, no sentido de viabilizar mais indústrias, impostos, mão-de-obra.

É isso que caracteriza o Governo do Jaime Lerner em relação a outros Governos. É isso que caracteriza a inteligência do Governador Jaime Lerner com relação aos outros governantes que passaram pelo Palácio Iguazu. Com todo respeito cada um que passou teve a sua maneira de governar!

Concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado, só queria lembrar a Vossa Excelência, para nós fazermos justiça ao ex-Secretário da Indústria e Comércio, Weber, que a Feira de Hanover considerou o Estado do Paraná, destaque, exatamente pela participação que teve, em anos anteriores, um trabalho extraordinário feito pelo ex-Secretário Aloísio Weber, e que o Paraná sente mais que a Agricultura.

Eu espero, eu almejo e não espere Vossa Excelência de nós, crítica pela crítica ao Governo Jaime Lerner. Mas que se reconheça também os frutos, o Paraná, no Ano passado, foi um dos Estados que mais cresceu no Brasil, superando São Paulo, industrialmente, com 9.2 ou 3 na pesquisa brasileira. Isso é reflexo de uma política que pode ser incrementada, acredito, o Governador Jaime Lerner tem talento para isso, mas é o que eu disse no aparte ao Deputado Jocelito Canto: - O Paraná é um Estado que tem que agradecer ao seu próprio povo pela qualidade dos Governos que tem elegido. Por isso ele está no estágio que está.

O SR. ALGACI TÚLIO - Aliás agradeço e deixo dizer que graças ao paranaense o Paraná é o que é. Se não fosse a bravura do paranaense, a raça do paranaense, se dependesse apenas dos governantes o Paraná talvez não fosse o que é na verdade.

Concedo o aparte ao Deputado Élio Rusch.

O Sr. Élio Rusch - Muito obrigado, Deputado Algaci Túlio. Aproveitando o gancho que nos dá o Deputado, é exatamente o que falávamos no Pequeno Expediente, o Governo tem que investir na produção. E nós falávamos na Tribuna para que o Governo possa investir na produção se faz necessário que

ele invista na Agricultura e na Indústria. O Paraná é hoje um dos Estados que produz a maior matéria-prima, seja em grãos seja em outros derivados. Por exemplo, o Norte do Paraná produz muito gado, mas exporta o couro para o Rio Grande do Sul e para São Paulo. Lá o couro é transformado em sapatos em Franca e Novo Hamburgo.

Exportamos a matéria-prima e compramos o produto final. Geramos empregos e riquezas nos outros Estados e o Paraná perde com isso. Quando, na verdade o ICMS, a maior fatia não está na matéria-prima, ou seja o valor primário, mas no valor agregado, e isso é atribuído, exatamente, para os outros Estados. E a mesma coisa acontece com o algodão, nós produzimos o algodão no nosso Estado e exportamos para Santa Catarina e a matéria prima é transformada em produtos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - (Faz soar os tímpanos).

Queremos interromper a palavra do aparteante, suspendemos a reunião por alguns instantes e ao Deputado Algaci Túlio, tirando dele a palavra, homenageando a delegação que aqui se encontra com o nosso querido visitante que traz a nós, além da visita oficial do país que representa, a nossa grande República irmã Portuguesa, traz com ele, a representação daquele país irmão e família amiga que é Portugal.

Suspendo a sessão por alguns instantes para esta visita que muito nos honra...

ESTÁ REABERTA A SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão e temos a presença do Sr. Embaixador de Portugal Pedro José Ribeiro de Menezes, Embaixador Extraordinário e a Sra. Ana Paula Batista Zacarias que muito nos honra.

Concedo a palavra para saudar o nosso Embaixador, o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Exmo. Sr. Embaixador Pedro José Ribeiro de Menezes, da República Portuguesa, Exmo. Sr. Presidente desta Casa, demais componentes, Exma. Sra. Ana Paula Batista Zacarias, Cônsul da República Portuguesa em Curitiba.

Esta Casa, senhor Embaixador já recebeu inúmeras autoridades representantes do Corpo Diplomático de muitos países. Indiscutivelmente a presença de V.Exa. é a que mais próxima fala para nós. As ligações do Brasil com Portugal são por demais conhecidas, a vinculação brasileira e portuguesa são estreitas. A língua nos irmana, os costumes, brasileiros, muitos deles herdados de Portugal. Tenho para mim, que V.Exa. está na sua casa, porque esse é o conceito que os brasileiros fazem dos ir-

mãos portugueses.

Indiscutivelmente a presença de V.Exa. em nossa capital, em nosso Estado, na qualidade de Embaixador de um país irmão, é nos muito grata e essa Assembléia Legislativa, através de seus pares, representando regiões das mais diversas do nosso Estado e a população paranaense é legítima para saudá-lo, para desejar-lhe boas-vindas, para confraternizar com V.Exa. esse momento de alegria e a certeza de que encontraremos sempre o Brasil e Portugal, a possibilidade de caminhar juntos, exatamente pelos laços históricos que nós temos. Que V.Exa. sinta-se como se em sua casa estivesse, nessa Assembléia democrática do Estado do Paraná e receba de todos nós o carinho, o apreço e admiração.

Muito obrigado, Senhor Presidente, e espero poder retratar o pensamento de todos os Deputados desta Casa, porque inquestionavelmente, é Portugal o país mais próximo de nós brasileiros e a convivência fraterna, admiração, o respeito e a estima, é uma norma de conduta entre brasileiros e portugueses.

Obrigado e seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. Embaixador vai usar a palavra.

O SR. EMBAIXADOR DE PORTUGAL - Sr. Presidente, da Assembléia Legislativa, Srs. membros da Mesa da mesma Assembléia, Srs. Deputados, eu confesso que não posso esconder a minha surpresa, a minha surpresa emocionada por esta manifestação de carinho em relação ao Embaixador de Portugal, que é o mesmo que dizer que essa manifestação é dirigida ao País que ele representa. Quando entrei nesta Casa nesta minha visita oficial ao Estado do Paraná não era outra minha intenção se não de fazer, como é minha obrigação e minha devoção também, visita ao órgão que melhor simboliza o funcionamento das instituições democráticas de um País, as suas Assembléias Legislativas, quer sejam a nível Nacional, quer sejam a nível Estadual, são as Assembléias Legislativas que representam através do processo democrático que partilhamos Brasil e Portugal, e a que somos apegados a legitimidade do povo, a legitimidade da soberania popular.

Foi uma surpresa, que viesse interromper os Vossos trabalhos, foi uma sugestão do Sr. Presidente, não me correspondia senão aceitar e agradecer. E aproveitando essa oportunidade desejaria deixar expresso o meu agradecimento pela atitude do Sr. Presidente, o meu agradecimento pelas palavras que ouvi do Orador que se quis dirigir ao País de quem eu represento neste momento no Brasil, e deixando os meus

agradecimentos uma pequena mensagem expressa, é de que os contatos parlamentares entre o Brasil e Portugal subam também na medida em que sobe a intensidade das relações luso-brasileiras, com efeito as relações entre Portugal e o Brasil conhecem neste momento uma fase excelente, os dois Governos operar na melhor sintonia para preservar o passado, valorizar o presente, afastar uma e outra nuvem que tenha passado pelo nosso céu, e sobretudo para preparar o futuro, porque Portugal e o Brasil devem preparar juntos a grande entrada do século que se avizinha, a nossa história obriga-nos a que permaneçamos diante dos desafios que está nos reservados. Ora, para que esse relacionamento progrida, para que esse relacionamento se aprofunde é necessário, também, que os Parlamentares dos dois Países, repito, quer sejam Nacionais, quer sejam Estaduais, multipliquem os seus contatos. Tenho me ocupado em Brasília de promover a ida de Parlamentares brasileiros à Portugal, e de pedir aos Parlamentares Portugueses que venham ao Brasil também. É este convite, é este apelo, e este desafio que eu gostaria de deixar na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para que possamos encontrar mecanismos de visita, de intercâmbios, de cooperação entre as legislaturas dos dois Países.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não me corresponde agora mais do que reiterar perante as V.Exas. o meu agradecimento profundo, emocionado, por esta homenagem, esta manifestação imprevista, mas que ficará sendo um dos pontos mais altos desta minha estada em terra paranaense.

Muito obrigado a V.Exas.!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembleia agradece a presença do Senhor Embaixador, Pedro José Ribeiro de Menezes e da Senhora Ana Paula Batista Zacarias, Cônsul da República em Curitiba, e deseja a S.Exa. que tenha aqui na nossa terra, que tenha aqui na nossa cidade uma feliz estada, porque nós brasileiros compreendemos e respeitamos os nossos irmãos portugueses, aqueles que fizeram desta Pátria um Continente.

Suspendo a Sessão por alguns instantes para que acompanhem o Senhor Embaixador.

SUSPENSA A SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a Sessão. Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria fazer neste momento um registro, muito embora já na sexta-feira nós tenhamos tomado a precaução quando tivemos

a informação de que por problemas de viagem os técnicos não poderiam estar aqui na Assembleia.

Então, respondendo ao Deputado Nerone, que em todos os gabinetes foram mandados os avisos de que infelizmente não havia condições de que os técnicos pudessem estar aqui na última segunda-feira, para fazer os devidos esclarecimentos.

Mas eles não fugirão a esta responsabilidade. Pode crer V.Exa. que este Parlamentar que durante 12 anos ocupou as Tribuna de Oposição, nesta Casa e na Câmara de Vereadores, não vai permitir, se houver algum erro, de deixar que este erro passe e que ninguém será culpado.

Vamos ter esta condução, pode ter certeza V.Exa. de que é esta a posição minha e é a posição do Governador Jaime Lerner. Quem errou, se porventura errou, vai pagar pelo erro, pode ter certeza disto. Mas temos a certeza de que tudo está sendo feito dentro do que permite a lei e não podemos aqui não querer aceitar os argumentos da Oposição, aceitamos, tanto que estamos dialogando, discutindo já até em exaustão esta questão do canal extravasor e vamos continuar discutindo até o momento em que as partes entenderem que alguém está errada ou não tem ninguém errado, todos estão certos e a obra é de fundamental importância para a nossa cidade.

O Sr. Jocelito Canto - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Só gostaria de lhe cumprimentar, nobre Líder do Governo, pela transparência desde o primeiro dia que se levantou aqui este assunto e V.Exa. imediatamente determinou a vinda desses técnicos e que por sua vez nós recebemos, eu pelo menos recebi no meu gabinete, o destaque de que não seria possível a reunião.

Mas gostaria, enfim, de cumprimentar a sua atitude de trazer aqui as pessoas que se tem por direito, trazer a este Plenário, Ouvia falar muito que no passado aqui na Assembleia não se fazia isto. Acho bonito que se traga aqui as pessoas que têm os dados técnicos, os dados científicos para que se possa fazer uma exposição e possam ser questionados.

Então, eu acho que isto demonstra transparência que o Governo Jaime Lerner está tendo.

Gostaria também de destacar que foi agora há pouco falado em comparação de que teria dito que os Governos passados não podem ser comparados. Também acho que não podem ser comparados. Não se pode em momento nenhum querer comparar um Governo Richa, um Governo que deu bons salários aos funcionários e a cada instante são lembrados, ao Governo como do ex-Governador

dor Álvaro Dias, Requião. O Richa tratou os funcionários com muita dignidade, com muito respeito e muita responsabilidade, enquanto em outros Governos, o Álvaro, colocou os cavalos em cima dos professores.

Então acho que não se pode comparar exatamente isto.

Quanto a Canal Extravasador dito, sei exatamente o que significa viu, Deputado Romanelli, significa o Canal Extravasador é aquilo que o Governo passado, o seu Governo, não fez, e que nosso Governo, o Governo Jaime Lerner vai fazer.

O Sr. Emerson Nerone - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero me unir a parabenização do nobre Deputado Jocelito Canto, parabenizar pela posição que este Governo tem tido ao trazer os técnicos responsáveis por determinadas obras e nós já vimos isto com relação a SANEPAR, a COPEL, estamos vendo agora com relação ao Canal Extravasador, está aí a explicação, o Partido reconhece, houve alguma falha de comunicação, tanto que quinze a vinte Deputados se fizeram presentes ontem na espera, mas parabenizarmos porque temos a certeza que virá.

E parabenizar ao nobre Deputado Jocelito e só lembrá-lo que a mesma argumentação na parabenização serve para V.Exa. O Deputado Péricles nas defesas, e dessa tese de que o canal extravasador tem sido feito de forma irregular, só tem usado questões técnicas, ele não tem baixado o nível como V.Exa. baixou hoje na Tribuna. Nos ateremos nas questões técnicas, nas medidas que forem questões técnicas explicadas nobre Deputado Algaci Túlio, o Partido dos Trabalhadores tira o chapéu ao Governador Jaime Lerner na conclusão do canal extravasador. Ninguém questionou até hoje a necessidade ou não do canal extravasador, questionamos apenas a forma com que está se dando o processo, nós questionamos apenas a forma com que está se dando o processo e, dizemos que mais que o caráter de urgência traria, mais do que esse caráter de urgência que foi dado uma licitação, processo licitatório com envolvimento de um número maior de empresas faria com que o canal extravasador fosse concluído em tempo muito mais rápido do que o que vai ser concluído.

Essas questões é que estamos levantando e parabenizando V.Exa. por confirmar a vinda dos técnicos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte do Deputado Nerone.

Na verdade na sexta-feira tomamos todo o cuidado, a nossa assessoria, de passar para cada um dos gabinetes a informação da ausência dos técnicos na última segunda-

-feira.

Dou aparte ao Deputado Colombo também.

O Sr. Irineu Colombo - Obrigado Deputado.

Tenho por obrigação de usar esse espaço concedido gentilmente por Vossa Senhoria para manifestar um testemunho. Como Deputado de oposição, como Bancada, como componente da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que perdemos a eleição, e salutarmente para a democracia quem perde deve se manter na oposição, porque não teria sentido o eleitor votar nesse ou naquele se todo mundo ficasse na confortável situação.

Também dizer que quando se trata de defesa com critério e com competência, as paixões e as revelações, os ataques que se dá fora do ambiente, do mérito, não tem sentido; é como você protestar da sua situação familiar xingando a mulher do vizinho. Então, quando estamos tratando do tema - canal extravasador - vamos lidar com esse tema sem falar mal desse ou daquele partido. E estamos numa posição confortável porque o Partido dos Trabalhadores nem tem a paixão ligada ao Governo anterior, e nem está comprometido com o atual Governo, nós estamos com absoluta independência e estamos na oposição.

Ontem fui até a falação do nosso Governador Jaime Lerner, aonde a imprensa deu que fui prestigiar a vinda do Governador. Não fui nem prestigiar e nem desprestigiar. Como elemento de oposição, é bom conhecer o pensamento daqueles que queremos vigiar de perto...

O SR. ALGACI TÚLIO - Só em tempo. Esta Liderança, Deputado, convidou todos os Parlamentares que tivessem interesse, para comparecer.

O SR. IRINEU COLOMBO - Correto. E fui nomeado pelo meu Líder para que fizesse essa representação. E falo com conhecimento de causa que não voltei como alguns voltaram de lá contentes, voltei exatamente ao contrário, voltei descontente. E por outro lado fiquei satisfeito e valorizado quando três questionamentos bons, feitos pela imprensa, remetia a questão do canal. E aí o Governador não respondeu com objetividade e sem clareza, titubeou, falou que não conhecia o fato, não conhecia o detalhamento técnico. E disse ainda que se porventura tiver alguma irregularidade ele vai cancelar a obra.

E eu digo: o Governador, ou ele cancela a obra agora, ou ele remete um problema para o futuro. E talvez vai convidar até a empresa se retirar dos problemas. Essa discussão não podemos deixar para depois, a preocupação também que eu levanto é que na sequência teve uma dis-

cussão com Deputados e fui inquirido ali Deputados amigos, colegas, se teria uma conversa com o Governador e era essa a minha intenção, fazer algum questionamento ao Governador e parece que houve uma reunião mas foi em separado e eu não fui convidado.

Então, para dizer que se algumas questões foram levantadas é este ou aquele Deputado foi destacado para defender o canal extravasor me parece que procede, na medida em que eu estive lá e não participei de todo o itinerário com o Governador.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado, acompanhei sua explanação com muita paciência e tem sido essa a maneira de eu agir, nesta Assembléia. Volto a dizer a Vossa Excelência, ficamos satisfeitos em ver um Deputado do PT no Palácio Iguazu, acompanhando uma entrevista coletiva do Governador. Evidentemente que após a coletiva, nós Deputados de apoio ao Governo, pedimos ao Governador uma audiência. Certamente Vossa Excelência não poderia, naquele momento, permanecer na reunião do Governador com a sua Bancada de apoio. Mas Vossa Excelência tem as portas do Palácio abertas a qualquer momento para uma audiência com o Governador. Tem sido assim a conduta do Governador Jaime Lerner.

Concedo o aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Um minuto, Deputado, para não me alongar.

Com relação ao canal extravasor, nos pronunciamos a questão de uma semana atrás, onde ponderamos, inclusive a coragem do Governador do Estado, de no início do Governo ter a determinação de iniciar uma obra reivindicada por 4 ou 5 municípios há mais de 20 anos.

Logicamente que no debate as coisas se esclarecem. Ontem fiquei gratificado com o Governador Jaime Lerner, quando ele teve a determinação de falar a toda a imprensa, o Deputado Colombo lá esteve, quando ele disse que no seu Governo não teria escândalos. Lembro bem que quando me pronunciei na campanha de Jaime Lerner, em balanque eu disse que apoiaria Jaime Lerner porque eu tinha certeza que no seu Governo não haveria favorecimento a empreiteira nenhuma.

E isso demonstrou ontem o Governador Jaime Lerner, inclusive tendo a modéstia e a sinceridade de dizer que se houvesse qualquer erro ele teria também a coragem e a determinação de paralisar a obra.

Ouvindo as ponderações, inclusive da Oposição, algumas delas até com cabimento, quando falava da questão da emergência.

Acredito que desse debate que teremos na próxima 2.ª feira com os técnicos da

SUCEAM, várias alternativas virão. Uma delas, que acho - como engenheiro - uma idéia que poderia demonstrar a transparência que o Governador Jaime Lerner quer fazer de todas as suas obras, seria, enquanto a obra está em andamento, poderiam ser feitos os projetos e uma licitação.

Lógico não podemos paralisar as obras porque pode vir aí novas chuvas e trazer todos os problemas que traria à população daquela região.

Mas enquanto a obra está em andamento pode ser feita uma licitação, um projeto, e certeza que isso a Oposição concordaria, e eu acho que é esse o caminho.

Era isso e muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para concluir, quero dizer, Senhor Presidente que nas próximas Sessões o debate está aberto, as Tribunas estão aí para o debate. Quero dizer que não me atrevo a discutir, tecnicamente, com o Deputado Péricles, porque Vossa Excelência, é engenheiro e também não me atrevo a discutir tecnicamente com o Deputado Caíto Quintana, porque Vossa Excelência já pode até fazer uma tese de mestrado de calamidades, no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo mais oradores no Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Angelo Vanhoni, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente indicando o nome do Senhor Deputado como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar irregularidades no Porto de Paranaguá. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 13/95, subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente comunicando sua ausência do País no período de 03 a 11 do corrente mês. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante

do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 022/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que acrescenta expressão na Lei n° 11.027/94, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 073/95, de autoria do Deputado José Maria, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Idade Dourada de Assaí, com sede e foro naquele Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 077/95, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Idosos da Grande Vila Industrial, com sede e foro na cidade de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 065/95, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro na cidade de Santo Antonio do Caiuá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 010/95, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor José Pochapski, ex-Prefeito do Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 06, de 20.02.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 10/95

PARECER:

O Projeto de Lei, de autoria do Depu-

tado Nelson Tureck, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Professor José Pochapski, ex-Prefeito de Campo Mourão.

A Lei n° 5638, de 13 de setembro de 1967, assim se manifesta:

"Art. 1° - São condições essenciais para a concessão de título de benemerência ou cidadania honorária paranaense:

I - desempenho com denodo de função pública:

II - contribuição científica, cultural, artística ou literária;

III - ação em favor de obras de relevante valor social: e,

IV - participação ativa na defesa dos postulados democráticos e instituições brasileiras."

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou óbice à sua tramitação nesta Casa de Leis, preenche ele os requisitos pela sua aprovação.

é o parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

WALMOR TRENTINI

Relator

Esta Presidência, com base no parágrafo único do Artigo 388, do Regimento Interno, requerimento de Valdir Rossoni, Florisvaldo Fier e apoiado por diversos Senhores Parlamentares, constante do expediente, solicita constituição de CPI com objetivo de apurar e esclarecer a falta de água em diversas localidades de Curitiba.

O Parágrafo Único do Artigo 38 é claro quando determina que a remessa do relatório conclusivo da CPI é de exclusiva competência do Presidente da Assembléia.

Há um equívoco aqui.

A Mesa recebe o requerimento, com exceção da parte final do mesmo requerimento.

Está constituída a CPI da SANEPAR.

Recebido. Proceda-se como determina o Artigo 38.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, V.Exa. está falando sobre CPI. Gostaria de pedir a V.Exa. que intercedesse junto às lideranças das bancadas, para que houvesse a indicação dos componentes da CPI do Bingo e aproveito para que a Mesa registre que pela Bancada do PMDB participará da Comissão esse Deputado e o Deputado José Tavares.

A imprensa tem cobrado. A CPI está constituída e acho que nós temos que complementá-la e instalar o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

solicita às lideranças que ainda não indicaram os seus representantes na CPI do Bingo, que o façam com a maior urgência possível. Quer ressaltar que as CPI's, tanto no Congresso Nacional, como na Assembleia e Câmaras, é órgão importante de manifestação do Poder Legislativo. Apelo aos Senhores Deputados que façam a indicação dos membros das comissões já constituídas com a maior brevidade possível.

Pretendemos prestigiar as comissões. A Mesa vai prestigiar em tudo o que puder, as Comissões de Inquérito, porque entende que elas pertencem ao Poder Legislativo. É um braço do Poder Legislativo que poderá fiscalizar todos os atos, não só do Poder Executivo como dos outros Poderes.

A Mesa anuncia a presença do prefeito de Alto Piquiri, Dr. Elias e do ex-prefeito, Dr. Ferreira, a convite do Deputado Edno Guimarães.

Sobre a mesa, Requerimento n° 723, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 724, 725 e 726, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 727, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Encaminhe-se conforme o requerido.**

Requerimento n° 728, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 729, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 721, 735 a 746, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 748, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 749, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 750, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 751 752 e 753, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 755 e 757, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 759, 760 e 761, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha,

constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 762, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente.- **Em discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 767-A, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 764, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 765, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente.- **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 732, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 733, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- **Retirado pelo Autor.**

Requerimento n° 730, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente.- **Retirado pelo Autor.**

Requerimento n° 767, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente designou as sessões dos dias 12 e 13 de abril, para trabalhos das Comissões.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 17 de abril, à hora regimental, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 010/95.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 100/95.

Levanta-se a sessão.